

Deliberação

10.º

RELATÓRIO ANUAL

do

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Referente a 31 de Dezembro de 2010

Aprovado na Sessão de 26 de Maio de 2011

Destinado a ser apresentado à Assembleia da República e ao Governo, e a inserção no site deste Conselho.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

1. Este é o 10º Relatório Anual do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz.

Tem umas palavras iniciais, tão breves quanto possível, e uma 2.^a parte constituída por elementos estatísticos não só por Julgado de Paz como globais, que evidenciam o mérito da instituição e o acerto na sua aposta, que tem tido concordância de todos os sectores da Assembleia da República. Com efeito - **e este é um aspecto extremamente importante** - o apoio da unanimidade da Assembleia da República aos Julgados de Paz deu origem à sua inserção no elenco de Tribunais constante do art.º 209 da CRP (revisão de 1997) e essa mesma unanimidade motivou a lei básica, que é a Lei n.º 78/2001, de 13.07.

Mais tarde, no seguimento do 1.º Relatório deste Conselho, em 2002, a Assembleia da República produziu um decisivo texto confirmativo através da sua 1.^a Comissão que, com a devida vénia, se junta a este Relatório.

De então para cá, todo o árduo trabalho tem tido duas grandes preocupações: por um lado, manter o bom nível que se alcançou; por outro lado, prosseguir o esforço de aumento da rede dos Julgados de Paz.

2. Naturalmente, este Conselho tem alguma competência para agir, nos termos do n.º 3 do art.º 217 da CRP e, v.g., dos artigos 25 e 65 da Lei n.º 78/2001, mas não lhe compete proceder à criação e instalação de Julgados de Paz. De todo o modo, pode e deve fazer recomendações e é o que tem feito, baseado na experiência que os anos têm trazido, hoje de 10 anos. Com efeito, os actuais Julgados de Paz começaram a funcionar em Janeiro de 2002 e este Conselho já fora constituído e trabalha desde Agosto de 2001.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Quanto à situação dos Julgados de Paz em funcionamento, temos de ter presente que **as instituições são, fundamentalmente, o que forem as pessoas** que as servem. Pensamos que muito bem tem prosseguido a vivência da instituição, ainda que, como é natural, haja sempre algo a ponderar. Mas a generalidade dos eventuais problemas resolve-se dialogando. Quando há sentido de serviço cívico, tudo se resolve.

O facto de os Julgados de Paz serem Tribunais do Estado, mas com uma grande vertente autárquica e, neste âmbito, muitas vezes envolvendo vários concelhos em cada agrupamento, pode gerar algumas dificuldades, mas superáveis havendo compreensão mútua e objectivos claros.

3. Isto mesmo deve, a nosso ver, orientar o futuro. Um Julgado de Paz necessita de alguma dignidade. Mas esta é mais dada pelas pessoas. O que mais é necessário são os recursos humanos. Para além disso, que é o mais importante, objectivamente, há que dispor de meios como as secretárias, as cadeiras, o papel, livros, computadores, impressoras, tóner, estantes, local de arquivo, etc. Quanto a espaço, não são mais ou menos alguns metros quadrados que fazem um Julgado de Paz. Há que rentabilizar aquilo de que se possa dispor. Não nos esqueçamos de que, designadamente, as **boas práticas** (mais do que as normas ou a ausência delas) foram ensinando que os julgamentos se fazem à roda de uma mesa, onde se vão sentando o Juiz de Paz, os advogados, as partes, as testemunhas. No Brasil, os Juizados Especiais - em que os nossos actuais Julgados de Paz se inspiraram - podem funcionar, conforme as circunstâncias, numa roulotte ou num barco.

Onde mais há que apostar é na formação, desde a deontologia, a psicologia, o Direito Constitucional, o conhecimento pormenorizado da lei dos Julgados de Paz.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Tudo isto ponderando que o **interesse igualitário dos cidadãos justifica que a instituição não pode parar de se estender por todo o território nacional, naturalmente sem prejuízo da economia de meios materiais.**

A este respeito, há que recordar que existe um Estudo científico do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) acerca das convenientes etapas e do seu preenchimento pelos concelhos do Continente e Regiões Autónomas. É uma excelente base de trabalho. Mas uma coisa é o desejável, outra o possível. Quem tem de decidir a ordem de implementação dos Julgados de Paz são os Órgãos de Soberania em harmonia com os interesses dos cidadãos e a disponibilidade das Autarquias. Portanto, **estes factores podem levar a que não se siga, exactamente, o ordenamento preconizado naquele Estudo.** Estamos a pensar nos imensos casos de cidadãos que se nos dirigem a perguntar porque não há Julgados de Paz nos respectivos concelhos e que este Conselho vai transmitindo ao Ministério da Justiça. Lembramos que, por exemplo, não há qualquer Julgado de Paz no Algarve e nos Açores.

4. Por outro lado, 10 anos após a restauração dos Julgados de Paz, é natural que a **revisão da Lei n.º 78/2001**, de 13.07 constitua uma prioridade.

Qualquer normatividade deve influenciar as atitudes e os factos, mas o inverso também é verdadeiro.

A Lei n.º 78/2001 teve em vista, em muitos aspectos, gerir a fase experimental, hoje mais do que ultrapassada.

A experiência deste Conselho diz-nos que há que reponderar vários aspectos importantes, para que a instituição tenha a utilidade cívica que pode e deve ter, designadamente aumentando a competência em razão da matéria e do valor.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Este Conselho, ao longo de 10 anos, foi fazendo várias recomendações, desde logo em 2002 e, ainda globalmente, em 2009, como posteriormente. Sabemos que chegaram a ser feitos estudos e anteprojectos em várias ocasiões. Sobre o último ante projecto que conhecemos, enviámos Parecer em 7 de Setembro de 2010 ao Governo.

Hoje, como sempre, **este Conselho gostaria de colaborar na revisão da Lei n.º 78/2001 e de outra normatividade. Estamos disponíveis para dialogar com os Senhores Deputados e os Senhores Governantes, na base da nossa experiência.** Poderemos, mesmo, apresentar propostas revistas.

5. Queremos sublinhar, mais uma vez, o significado de várias instituições de ensino, das mais variadas naturezas, que nos procuraram para serem realizados estágios de estudantes, inclusive mestrandos, junto de Juízes de Paz. É uma opção em constante progresso com interesse mútuo: por um lado, os estagiários aprendem, ao vivo, o funcionamento dos Julgados de Paz; por outro lado, estes obtêm uma via privilegiada de divulgação.
6. Quanto aos resultados estatísticos referentes a 31 de Dezembro de 2010, as páginas que seguem falam por si. Elas constituem um excelente trabalho dos Serviços de Apoio do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, com base nos relatórios que, todos os meses, recebemos dos Julgados de Paz e em elementos colhidos, especialmente, para esta análise anual.

Não vale a pena repetir o que, mais pormenorizadamente, consta das páginas seguintes.

Os dados estatísticos repartem-se por Julgado de Paz e por uma visão global.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Claro que, institucionalmente, a visão adequada é a global. Essa visão reflecte a perspectiva incidente sobre todos os casos. E, aqui, não podemos deixar de reconhecer que, se não fossem as dificuldades bem conhecidas de todos os que se preocupam com a instituição e que afectaram sobremaneira o Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia, **apesar de enfrentadas de todos os modos possíveis**, os resultados globais ainda teriam sido melhores. De todo o modo, os elementos deste Conselho espelham a realidade.

No ano de 2009, entraram 7.171 processos nos Julgados de Paz; no ano de 2010, entraram 8.157. Apesar dessa diferença (mais **986**), a diferença de pendentes no fim de 2010, relativamente ao fim de 2009, aumentou, apenas, em **376** (2881 para 2505). Melhor seria que não tivesse havido este aumento, mas ele é irrelevante face ao maior número de diferença de entradas. Em 2009, acabaram **7.461** processos; em 2010, acabaram **7.781**.

Por outro lado, em 31.12.2010, já tinham entrado 39.982 processos nos Julgados de Paz, desde que foram restaurados. Hoje, tal valor supera, e bem, os 42.000. Daquele número de 39.982, 37.101 significam a resolução de problemas de cidadãos que não se teriam dirigido a qualquer Tribunal ou que teriam contribuído para ainda maiores dificuldades dos Tribunais judiciais. **Não nos esqueçamos de que os Julgados de Paz resolvem as chamadas pequenas causas jurídicas mas que, as mais das vezes, são as que mais perturbam as pessoas e que, ou se resolvem rapidamente (como fazem, normalmente, os Julgados de Paz) ou se arrastam em prejuízo da paz pessoal e social; e os Julgados de Paz podem contribuir para retirar, dos Tribunais judiciais questões e deixarem mais tempo para problemas jurídicos mais complexos.**

Em 2010, dos processos findos, 24% foram-no na decorrência de mediação e 17% na decorrência de conciliação, o que significa 41% por via de acordos.

E tudo isto, com uma duração **média global processual** de 65,20 dias, em 2010.

7. Parece-nos que os resultados são, francamente, positivos.

Será que isto nos põe contentes, ao ponto de dizermos que está tudo bem e que nada mais é preciso?

Não, decerto que não.

Para nós, o desejável está sempre por alcançar.

É desejável persistir todos os dias, e todos os dias estar atento às necessidades humanas e materiais dos Julgados de Paz, para que estes realizem a sua causa-final, **proporcionando Justiça e, com ela, Paz** a quem recorre aos Julgados de Paz.

É preciso melhorar todos os dias.

Nunca nos conformaremos com o muito já alcançado.

Há que, mais uma vez, felicitar todos quantos trabalham nos Julgados de Paz para os Julgados de Paz. E, mais, todos os próprios cidadãos utentes que têm colaborado na procura de soluções concretas.

Mas também há que desejar, sempre, mais e melhor. Este é o lema do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz.

J.O. Cardona Ferreira.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Datas de Instalação dos Julgados de Paz

JP Lisboa		21-01-2002
JP Agrupamento Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada		
	Oliveira do Bairro	22-01-2002
JP Seixal		01-02-2002
JP Vila Nova de Gaia		27-02-2002
JP Miranda do Corvo		01-03-2004
JP Terras de Bouro		01-03-2004
JP Vila Nova de Poiares		01-03-2004
JP Agrupamento Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende		
	Tarouca	06-03-2004
JP Agrupamento Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real		
	Santa Marta de Penaguião	22-03-2004
JP Agrupamento Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho		
	Cantanhede	05-04-2004
JP Porto		15-04-2004
JP Agrupamento Aguiar da Beira, Penalva do Castelo, Sátão, Trancoso e Vila Nova de Paiva		
	Aguiar da Beira	17-05-2004
	Trancoso	17-05-2004
	(Reorganização) Vila Nova de Paiva	27-05-2009
JP Trofa		07-03-2006
JP Sintra		15-03-2006
JP Coimbra		26-03-2006
JP Santa Maria da Feira		28-11-2006
JP Odivelas		26-07-2008
JP Concelhos Setúbal e Palmela		
	Setúbal	01-05-2008
	Palmela	09-12-2008
JP Agrupamento Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Mértola e Ourique		
	Castro Verde	11-12-2008
	Aljustrel	15-07-2010
JP Agrupamento Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei		
	Vila de Rei	03-04-2009
	Sertã	01-06-2009
	Proença-a-Nova	09-06-2010
JP Agrupamento Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos e Nazaré		
	Óbidos	21-04-2009
JP Agrupamento Carregal do Sal, Mangualde e Nelas		
	Carregal do Sal	06-08-2009
JP Agrupamento Câmara de Lobos e Funchal		
	Funchal	22-12-2009
JP Agrupamento Belmonte, Covilhã e Fundão		
	Belmonte	13-09-2010
JP Cascais		25-11-2010



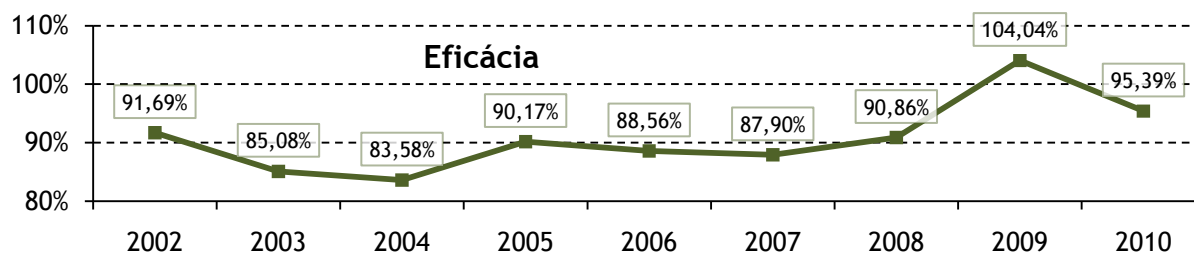
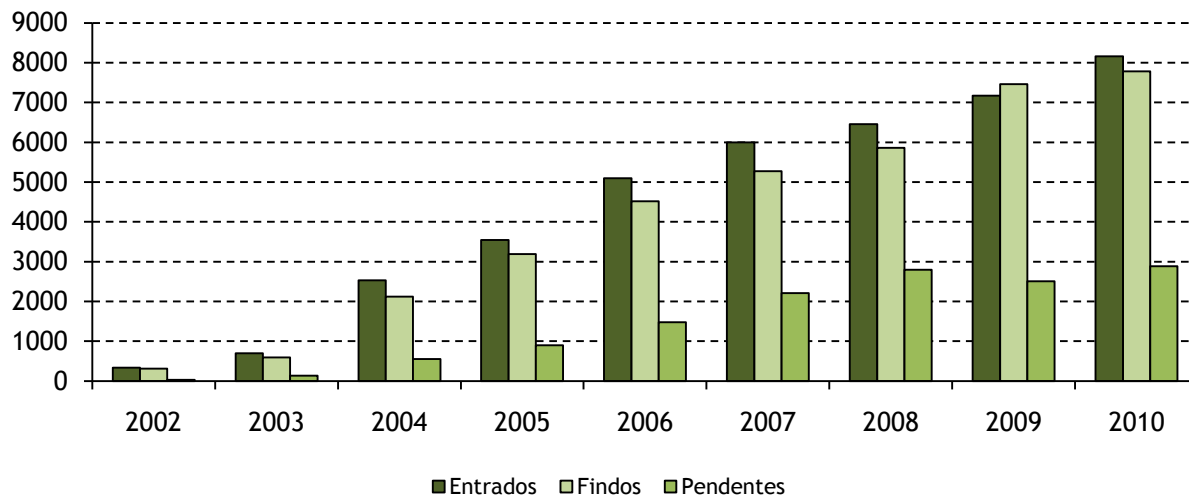
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Globais

Cômputo de todos os Julgados de Paz

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2002	337		309		28	
2003	697	106,82%	593	91,91%	132	371,43%
2004	2533	263,41%	2117	257,00%	548	315,15%
2005	3540	39,76%	3192	50,78%	896	63,50%
2006	5097	43,98%	4514	41,42%	1479	65,07%
2007	5998	17,68%	5272	16,79%	2205	49,09%
2008	6452	7,57%	5862	11,19%	2795	26,76%
2009	7171	11,14%	7461	27,28%	2505	-10,38%
2010	8157	13,75%	7781	4,29%	2881	15,01%
Totais	39982		37101		2881	





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Globais

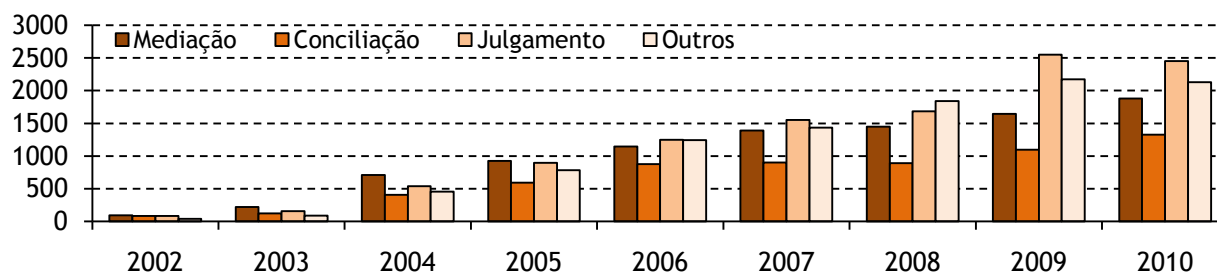
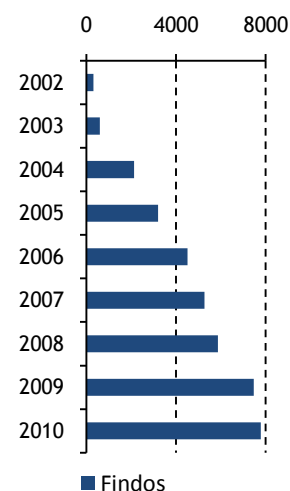
Cômputo de todos os Julgados de Paz

Nº Processos Findos, por Motivo, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Findos	variação %
2002	96	83	87	43	309	
2003	224	124	156	89	593	91,91%
2004	711	409	539	458	2117	257,00%
2005	924	591	895	782	3192	50,78%
2006	1144	876	1250	1244	4514	41,42%
2007	1390	901	1549	1432	5272	16,79%
2008	1451	889	1682	1840	5862	11,19%
2009	1644	1099	2548	2170	7461	27,28%
2010	1879	1325	2450	2127	7781	4,29%
Totais	9463	6297	11156	10185	37101	

% Processos Findos, por Motivo, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros
2002	31,07%	26,86%	28,16%	13,92%
2003	37,77%	20,91%	26,31%	15,01%
2004	33,59%	19,32%	25,46%	21,63%
2005	28,95%	18,52%	28,04%	24,50%
2006	25,34%	19,41%	27,69%	27,56%
2007	26,37%	17,09%	29,38%	27,16%
2008	24,75%	15,17%	28,69%	31,39%
2009	22,03%	14,73%	34,15%	29,08%
2010	24,15%	17,03%	31,49%	27,34%
Totais	25,51%	16,97%	30,07%	27,45%





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Globais

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por Julgado de Paz

	Pend 2009	Entrados 2010	Total	Findos 2010	% Findos	Pend 2010
JP Lisboa	295	1145	1440	1092	75,83%	348
JP O. Bairro	42	202	244	127	52,05%	117
JP Seixal	73	648	721	603	83,63%	118
JP V.N. Gaia	659	600	1259	578	45,91%	681
JP M. Corvo	13	101	114	97	85,09%	17
JP T. Bouro	4	54	58	49	84,48%	9
JP V.N. Poiares	5	94	99	79	79,80%	20
JP Tarouca	63	225	288	236	81,94%	52
JP S.M. Penaguião	151	305	456	387	84,87%	69
JP Cantanhede	153	506	659	493	74,81%	166
JP Porto	526	931	1457	886	60,81%	571
JP A. Beira	25	182	207	187	90,34%	20
JP Trofa	18	114	132	105	79,55%	27
JP Sintra	228	974	1202	982	81,70%	220
JP Coimbra	46	306	352	280	79,55%	72
JP S.M. Feira	45	215	260	225	86,54%	35
JP Odivelas	28	293	321	270	84,11%	51
JP Setúbal/Palmela	89	367	456	368	80,70%	88
JP Castro Verde	7	96	103	83	80,58%	20
JP Sertão	4	117	121	94	77,69%	27
JP Óbidos	27	294	321	260	81,00%	61
JP Carregal do Sal	3	97	100	93	93,00%	7
JP Funchal	1	217	218	177	81,19%	41
JP Belmonte	0	43	43	23	53,49%	20
JP Cascais	0	31	31	7	22,58%	24
Totais	2505	8157	10662	7781	72,98%	2881



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Globais

Recursos interpostos, desde a instalação

	Interpostos	% (Entrados)	findos	pendentes	% pendentes
JP Lisboa	78	1,20%	41	37	47,44%
JP O. Bairro	8	0,61%	4	4	50,00%
JP Seixal	20	0,60%	20	0	0,00%
JP V.N. Gaia	45	0,68%	19	26	57,78%
JP M. Corvo	2	0,36%	2	0	0,00%
JP T. Bouro	0	0,00%	0	0	0,00%
JP V.N. Poiares	1	0,31%	1	0	0,00%
JP Tarouca	42	3,75%	27	15	35,71%
JP S.M. Penaguião	17	1,09%	12	5	29,41%
JP Cantanhede	16	0,64%	4	12	75,00%
JP Porto	51	0,84%	25	26	50,98%
JP A. Beira	3	0,61%	1	2	66,67%
JP Trofa	4	0,90%	1	3	75,00%
JP Sintra	12	0,30%	3	9	75,00%
JP Coimbra	8	0,73%	3	5	62,50%
JP S.M. Feira	8	0,77%	8	0	0,00%
JP Odivelas	1	0,14%	0	1	100,00%
JP Setúbal/Palmela	4	0,48%	0	4	100,00%
JP Castro Verde	0	0,00%	0	0	0,00%
JP Sertão	0	0,00%	0	0	0,00%
JP Óbidos	0	0,00%	0	0	0,00%
JP Carregal do Sal	0	0,00%	0	0	0,00%
JP Funchal	3	1,38%	0	3	100,00%
JP Belmonte	0	0,00%	0	0	0,00%
JP Cascais	0	0,00%	0	0	0,00%
Total	323	0,81%	171	152	47,06%



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Globais

Durações médias, por Julgado de Paz

JP Lisboa	80
JP O. Bairro	76
JP Seixal	47
JP V.N. Gaia	150
JP M. Corvo	44
JP T. Bouro	51
JP V.N. Poiares	45
JP Tarouca	74
JP S.M. Penaguião	72
JP Cantanhede	84
JP Porto	143
JP A. Beira	35
JP Trofa	83
JP Sintra	111
JP Coimbra	59
JP S.M. Feira	87
JP Odivelas	41
JP Setúbal/Palmela	63
JP Castro Verde	46
JP Sertã	41
JP Óbidos	48
JP Carregal do Sal	37
JP Funchal	60
JP Belmonte	35
JP Cascais	18
Média (dias)	65,2



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Globais

Mediação extra-competência, desde a instalação

	2006	2007	2008	2009	2010
JP Lisboa	1	3	2	3	16
JP O. Bairro	2	0	0	0	1
JP Seixal	2	2	1	0	3
JP V.N. Gaia	0	0	0	0	0
JP M. Corvo	4	2	0	4	3
JP T. Bouro	1	0	0	0	0
JP V.N. Poiares	0	3	0	0	2
JP Tarouca	0	0	0	0	0
JP S.M. Penaguião	0	0	0	0	0
JP Cantanhede	7	6	5	1	0
JP Porto	0	37	0	2	7
JP A. Beira	0	0	0	0	0
JP Trofa	0	0	0	0	0
JP Sintra	0	1	0	0	0
JP Coimbra	5	4	0	4	0
JP S.M. Feira	1	1	15	3	1
JP Odivelas			0	0	0
JP Setúbal/Palmela			0	42	0
JP Castro Verde			0	4	6
JP Sertã				0	1
JP Óbidos				0	0
JP Carregal do Sal				0	1
JP Funchal				0	0
JP Belmonte					1
JP Cascais					0
Totais	23	59	23	63	42



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Globais

Mediações de matéria Penal, Laboral e Familiar, desde a instalação

	Penal	Laboral	Familiar
JP Lisboa	0	3	0
JP O. Bairro	6	0	1
JP Seixal	5	0	29
JP V.N. Gaia	0	0	0
JP M. Corvo	0	0	0
JP T. Bouro	0	0	0
JP V.N. Poiares	0	0	1
JP Tarouca	0	0	0
JP S.M. Penaguião	0	0	0
JP Cantanhede	0	0	2
JP Porto	289	7	98
JP A. Beira	0	0	0
JP Trofa	0	0	0
JP Sintra	Funciona no Serviço Municipal de Informações e não no Julgado de Paz		
JP Coimbra	16	2	26
JP S.M. Feira	0	1	0
JP Odivelas	0	0	0
JP Setúbal/Palmela	2	1	13
JP Castro Verde	0	4	2
JP Sertã	0	0	0
JP Óbidos	0	0	1
JP Carregal do Sal	0	0	0
JP Funchal	0	0	0
JP Belmonte	0	0	0
JP Cascais	0	0	0
Total 509	318	18	173



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Globais

Processos decididos por equidade, desde a instalação

	Entrados	Total
JP Lisboa	2002: 3 processos	3
JP O. Bairro		0
JP Seixal	2004: 1 processo	1
JP V.N. Gaia		0
JP M. Corvo		0
JP T. Bouro		0
JP V.N. Poiares		0
JP Tarouca		0
JP S.M. Penaguião		0
JP Cantanhede		0
JP Porto		0
JP A. Beira		0
JP Trofa		0
JP Sintra		0
JP Coimbra		0
JP S.M. Feira	2008: 2 , 2009: 1 , 2010: 13	16
JP Odivelas		0
JP Setúbal/Palmela		0
JP Castro Verde		0
JP Sertã		0
JP Óbidos		0
JP Carregal do Sal		0
JP Funchal		0
JP Belmonte		0
JP Cascais		0
Total de Processos		20



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Globais

Processos oriundos dos Tribunais Judiciais, desde a instalação

	Entrados	Total
JP Lisboa	2007: 20 processos, 2008: 4 processos	27
JP O. Bairro		0
JP Seixal	2007: 2 processos	2
JP V.N. Gaia	2007: 3 processos	11
JP M. Corvo		0
JP T. Bouro		0
JP V.N. Poiares		0
JP Tarouca	2007: 1 processo	6
JP S.M. Penaguião		5
JP Cantanhede		0
JP Porto	2007: 37 processos	138
JP A. Beira		5
JP Trofa	2007: 2 processos , 2008: 1 processos	4
JP Sintra		0
JP Coimbra	2007: 1 processo	1
JP S.M. Feira		0
JP Odivelas		0
JP Setúbal/Palmela		0
JP Castro Verde		0
JP Sertã		0
JP Óbidos		0
JP Carregal do Sal		0
JP Funchal		0
JP Belmonte		0
JP Cascais		0
Total de Processos		199



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Globais

Processos Findos, por Juiz e Funcionário, em 2010

	Processos	Juízes	Funcionários	Média por Juiz	Média por Func
JP Lisboa	1092	2	14	546,00	78,00
JP O. Bairro	127	1	2	127,00	63,50
JP Seixal	603	2	4	301,50	150,75
JP V.N. Gaia	578	2	2	289,00	289,00
JP M. Corvo	97	1	2	97,00	48,50
JP T. Bouro	49	1	2	49,00	24,50
JP V.N. Poiares	79	1	2	79,00	39,50
JP Tarouca	236	1	5	236,00	47,20
JP S.M. Penaguião	387	1	7	387,00	55,29
JP Cantanhede	493	1	6	493,00	82,17
JP Porto	886	2	6	443,00	147,67
JP A. Beira	187	1	6	187,00	31,17
JP Trofa	105	1	2	105,00	52,50
JP Sintra	982	2	5	491,00	196,40
JP Coimbra	280	1	3	280,00	93,33
JP S.M. Feira	225	1	3	225,00	75,00
JP Odivelas	270	1	6	270,00	45,00
JP Setúbal/Palmela	368	1	6	368,00	61,33
JP Castro Verde	83	1	4	83,00	20,75
JP Sertã	94	1	6	94,00	15,67
JP Óbidos	260	1	3	260,00	86,67
JP Carregal do Sal	93	1	3	93,00	31,00
JP Funchal	177	1	4	177,00	44,25
JP Belmonte	23	1	2	23,00	11,50
JP Cascais	7	1	6	7,00	1,17
Totais e médias	7781	30	111	228,42	71,67



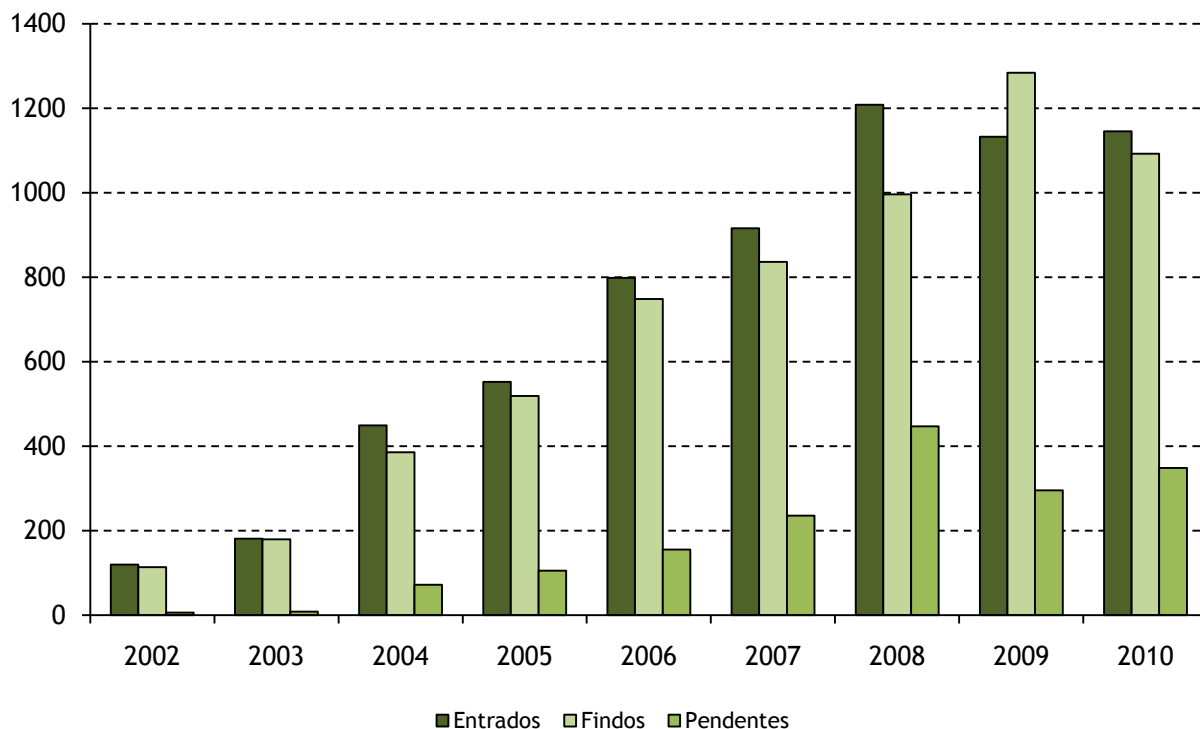
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Lisboa

Data de Instalação: 21-01-2002

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2002	119		113		6	
2003	181	52,10%	179	58,41%	8	33,33%
2004	449	148,07%	385	115,08%	72	800,00%
2005	552	22,94%	519	34,81%	105	45,83%
2006	798	44,57%	748	44,12%	155	47,62%
2007	916	14,79%	836	11,76%	235	51,61%
2008	1208	31,88%	996	19,14%	447	90,21%
2009	1132	-6,29%	1284	28,92%	295	-34,00%
2010	1145	1,15%	1092	-14,95%	348	17,97%
Totais	6500		6152		348	





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

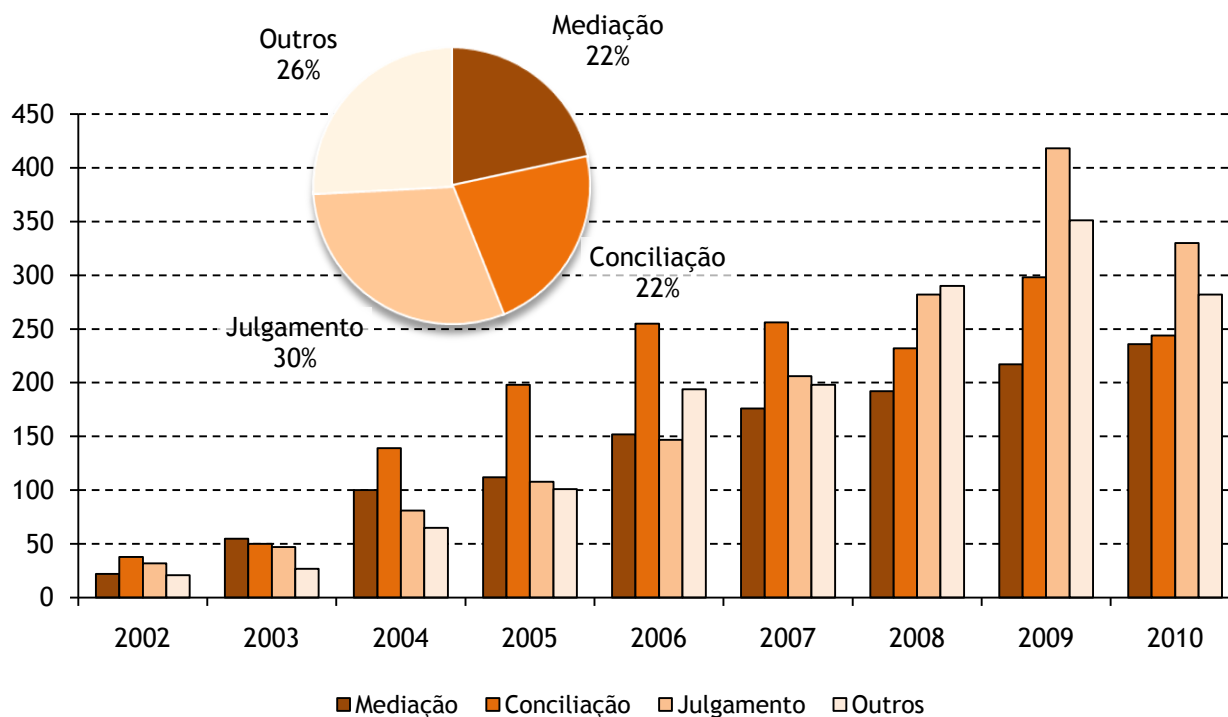
Julgado de Paz de Lisboa

Data de Instalação: 21-01-2002

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2002	22	38	32	21	113	
2003	55	50	47	27	179	58,41%
2004	100	139	81	65	385	115,08%
2005	112	198	108	101	519	34,81%
2006	152	255	147	194	748	44,12%
2007	176	256	206	198	836	11,76%
2008	192	232	282	290	996	19,14%
2009	217	298	418	351	1284	28,92%
2010	236	244	330	282	1092	-14,95%
Total	1262 (20,5 %)	1710 (27,8 %)	1651 (26,8 %)	1529 (24,9 %)	6152	

Findos em 2010





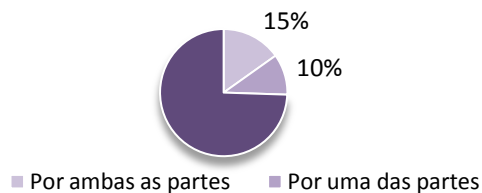
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Lisboa

Data de Instalação: 21-01-2002

Recusas de mediação

	Por ambas as partes	Por uma das partes
2008	16,90%	18,83%
2009	25,51%	11,14%
2010	15,16%	10,36%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	78	1,20%	11	8	15	14
decisões	21	26,92%	2			
provido	8	10,26%	1			
não provido	7	8,97%			3	4
parcial	5	6,41%				1
desconhecidos	37	47,44%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	19,28%	16,90%	21,61%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	44,90%	21,44%	27,66%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	23,29%	23,21%	22,34%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	18,98%	27,93%	26,84%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	2
Funcionários	14
Protocolo	6

Duração Média (dias)

80



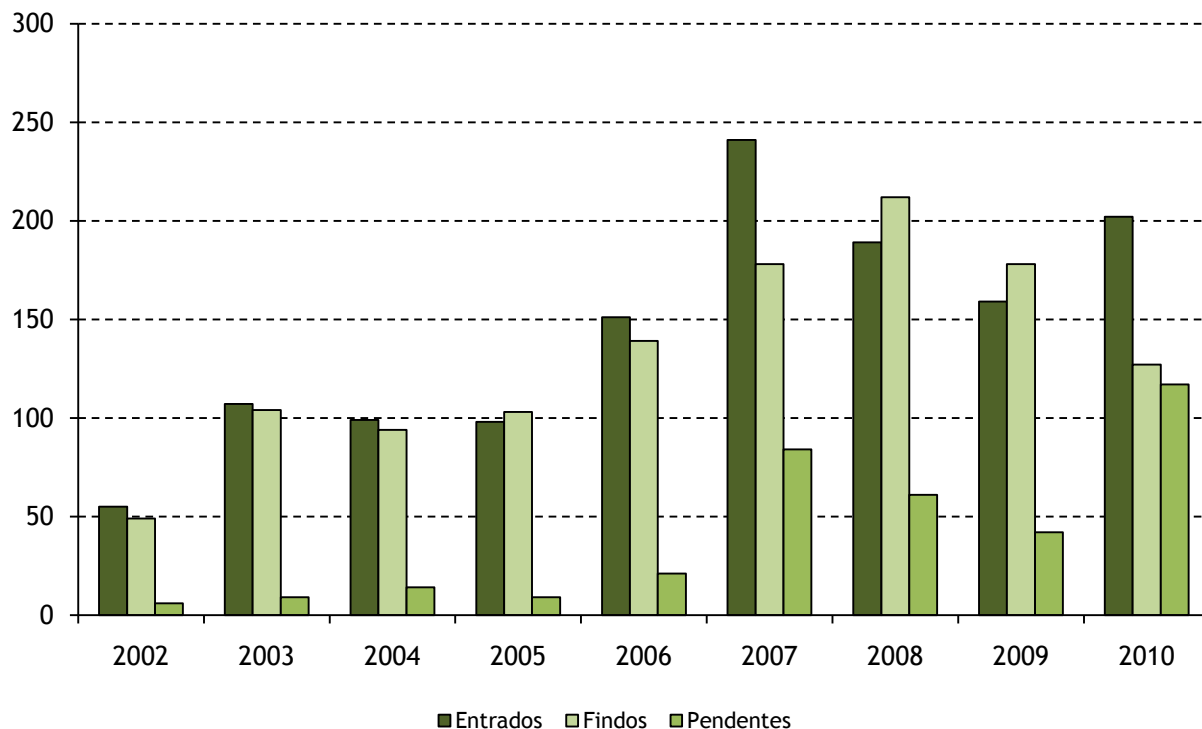
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada

Data de Instalação: 21-01-2002

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2002	55		49		6	
2003	107	94,55%	104	112,24%	9	50,00%
2004	99	-7,48%	94	-9,62%	14	55,56%
2005	98	-1,01%	103	9,57%	9	-35,71%
2006	151	54,08%	139	34,95%	21	133,33%
2007	241	59,60%	178	28,06%	84	300,00%
2008	189	-21,58%	212	19,10%	61	-27,38%
2009	159	-15,87%	178	-16,04%	42	-31,15%
2010	202	27,04%	127	-28,65%	117	178,57%
Totais	1301		1184		117	





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

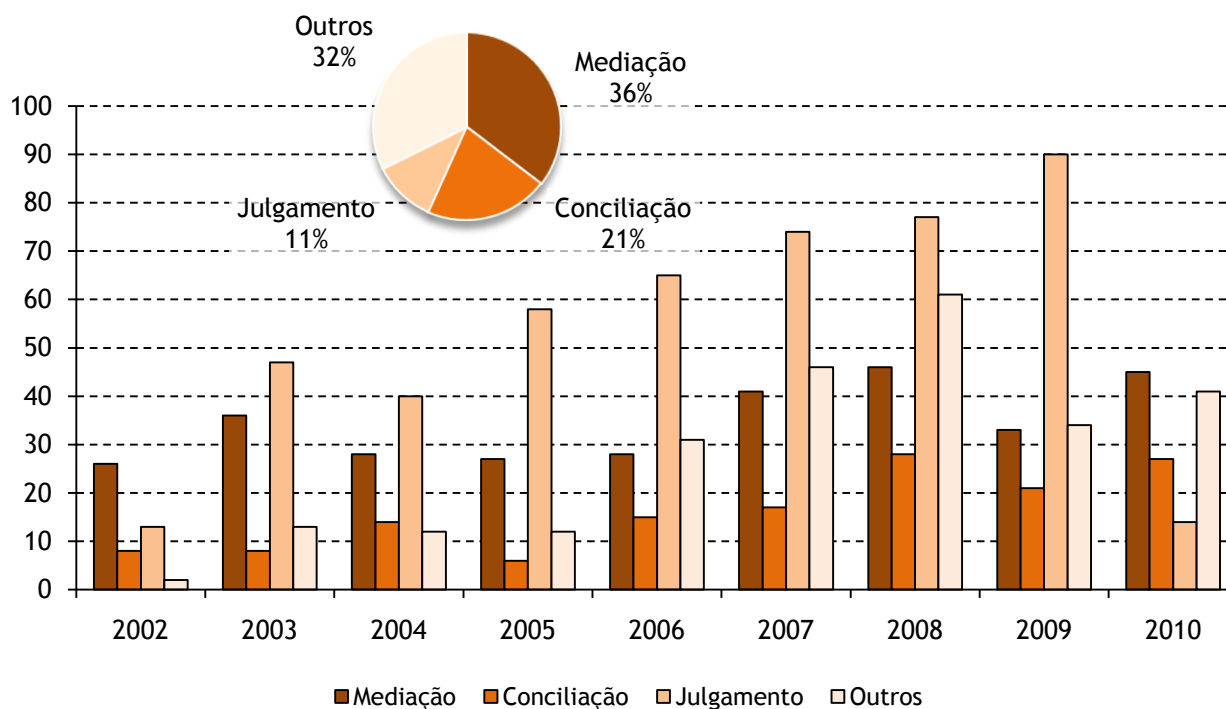
Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada

Data de Instalação: 21-01-2002

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2002	26	8	13	2	49	
2003	36	8	47	13	104	112,24%
2004	28	14	40	12	94	-9,62%
2005	27	6	58	12	103	9,57%
2006	28	15	65	31	139	34,95%
2007	41	17	74	46	178	28,06%
2008	46	28	77	61	212	19,10%
2009	33	21	90	34	178	-16,04%
2010	45	27	14	41	127	-28,65%
Total	310 (26,2 %)	144 (12,2 %)	478 (40,4 %)	252 (21,3 %)	1184	

Findos em 2010





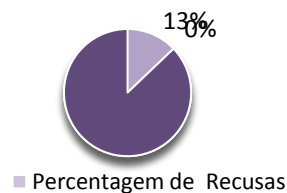
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada

Data de Instalação: 21-01-2002

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	25,39%
2009	17,51%
2010	12,87%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	8	0,61%	1		2	
desertos		0,00%				
provido	1	12,50%			1	
não provido	3	37,50%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	4	50,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	21,70%	18,54%	35,43%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	70,00%	22,00%	44,55%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	13,21%	11,80%	21,26%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	15,00%	13,37%	25,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	2

Duração Média (dias)

76



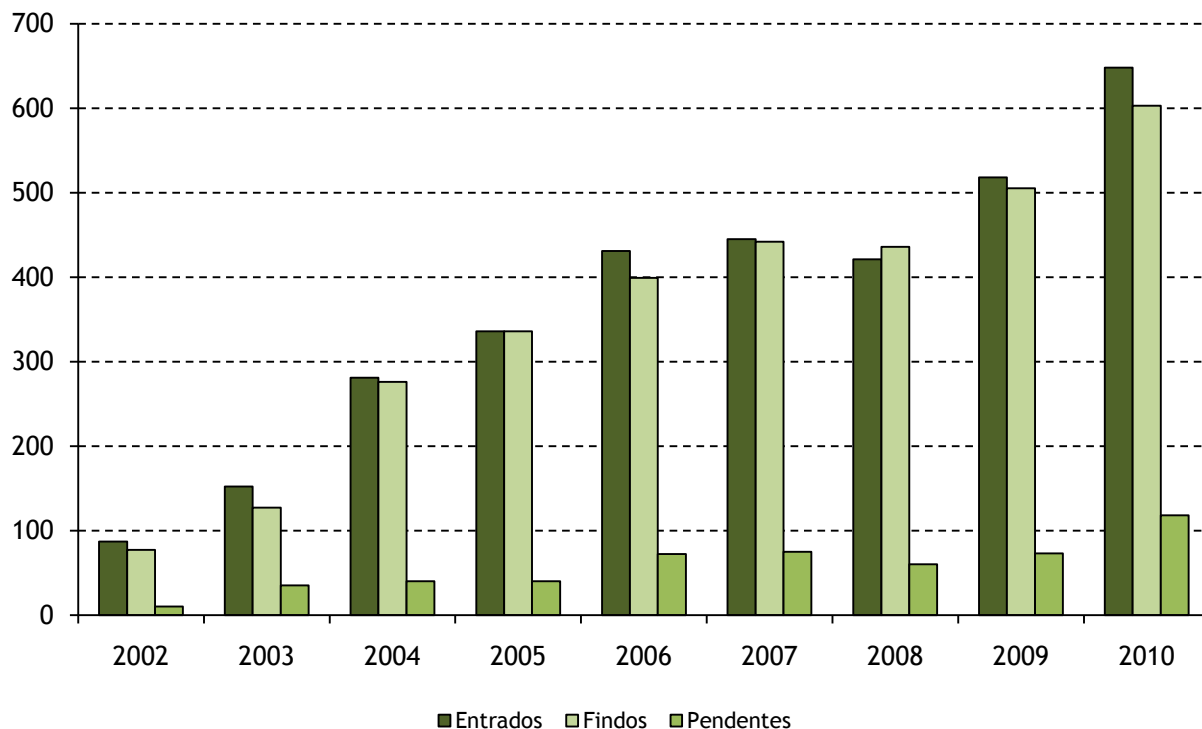
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz do Seixal

Data de Instalação: 22-01-2002

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2002	87		77		10	
2003	152	74,71%	127	64,94%	35	250,00%
2004	281	84,87%	276	117,32%	40	14,29%
2005	336	19,57%	336	21,74%	40	0,00%
2006	431	28,27%	399	18,75%	72	80,00%
2007	445	3,25%	442	10,78%	75	4,17%
2008	421	-5,39%	436	-1,36%	60	-20,00%
2009	518	23,04%	505	15,83%	73	21,67%
2010	648	25,10%	603	19,41%	118	61,64%
Totais	3319		3201		118	





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

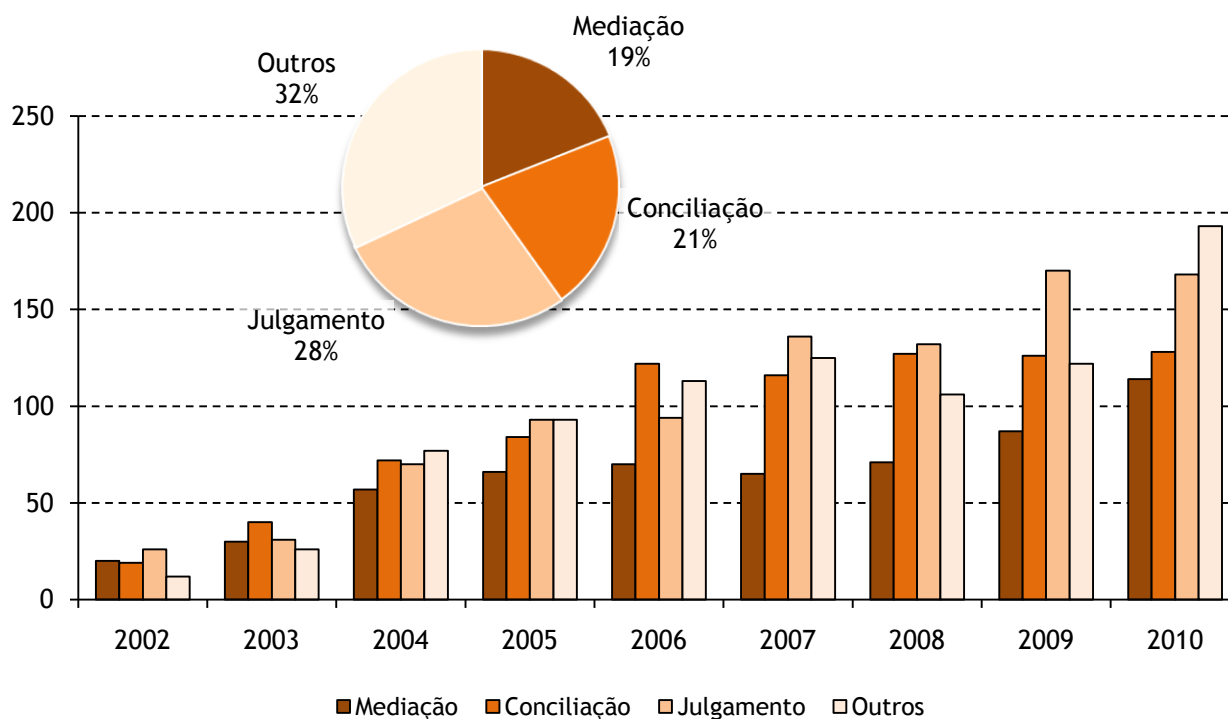
Julgado de Paz do Seixal

Data de Instalação: 22-01-2002

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2002	20	19	26	12	77	
2003	30	40	31	26	127	64,94%
2004	57	72	70	77	276	117,32%
2005	66	84	93	93	336	21,74%
2006	70	122	94	113	399	18,75%
2007	65	116	136	125	442	10,78%
2008	71	127	132	106	436	-1,36%
2009	87	126	170	122	505	15,83%
2010	114	128	168	193	603	19,41%
Total	580 (18,1 %)	834 (26,1 %)	920 (28,7 %)	867 (27,1 %)	3201	

Findos em 2010





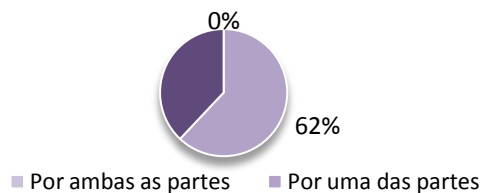
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz do Seixal

Data de Instalação: 22-01-2002

Recusas de mediação

	Por ambas as partes	Por uma das partes
2008	80,00%	
2009	3,00%	64,00%
2010	0,03%	62,00%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	20	0,60%	2	2	2	3
desertos		0,00%				
provido	1	5,00%				
não provido	18	90,00%				
parcial	1	5,00%				
desconhecidos	0	0,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz			
	16,28%	17,23%	18,91%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz			
	81,00%	45,00%	50,00%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz			
	29,13%	24,95%	21,23%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz			
	81,00%	48,00%	50,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	2
Funcionários	4
Protocolo	4

Duração Média (dias)

47



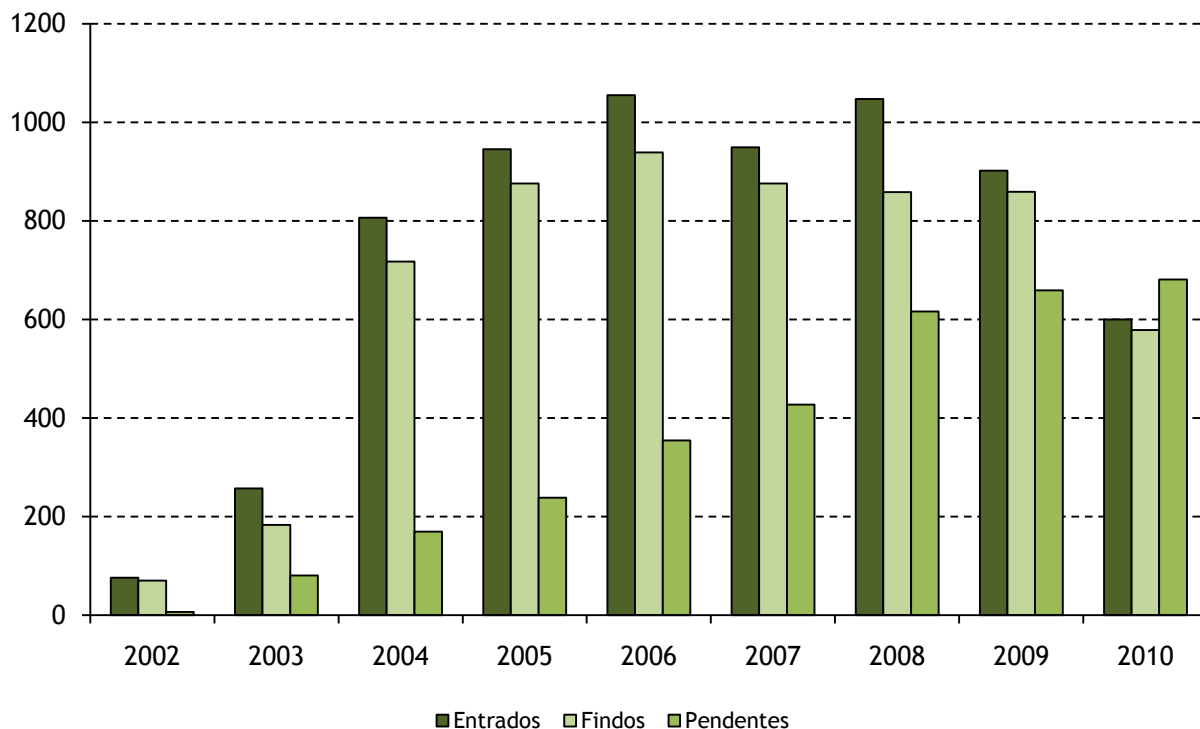
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de Instalação: 27-02-2002

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2002	76		70		6	
2003	257	238,16%	183	161,43%	80	1233,33%
2004	806	213,62%	717	291,80%	169	111,25%
2005	945	17,25%	876	22,18%	238	40,83%
2006	1055	11,64%	939	7,19%	354	48,74%
2007	949	-10,05%	876	-6,71%	427	20,62%
2008	1047	10,33%	858	-2,05%	616	44,26%
2009	902	-13,85%	859	0,12%	659	6,98%
2010	600	-33,48%	578	-32,71%	681	3,34%
Totais	6637		5956		681	





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

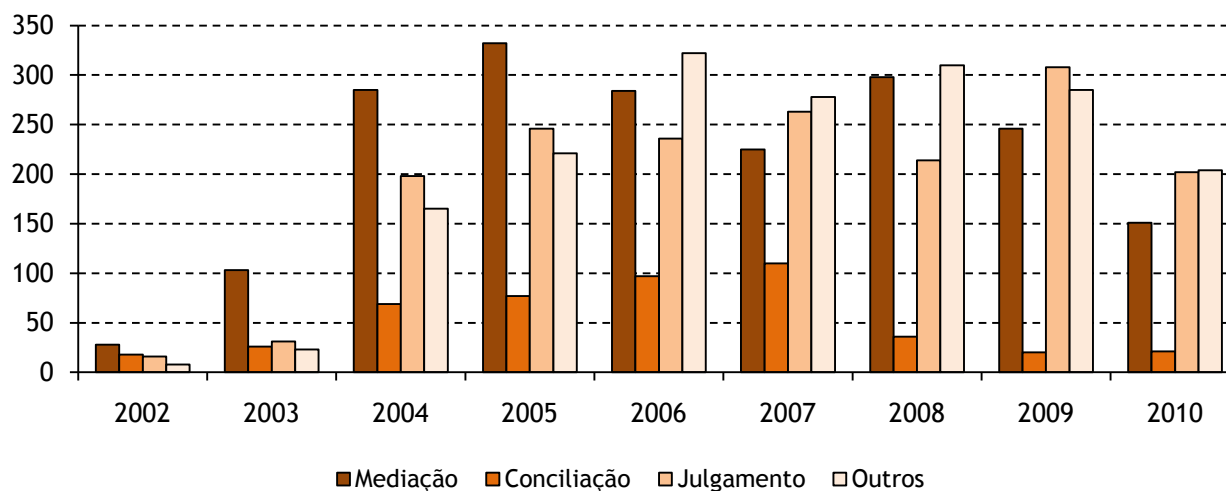
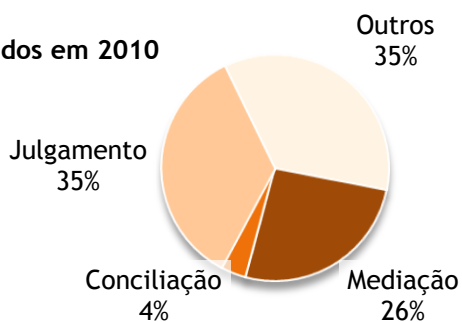
Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de Instalação: 27-02-2002

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2002	28	18	16	8	70	
2003	103	26	31	23	183	161,43%
2004	285	69	198	165	717	291,80%
2005	332	77	246	221	876	22,18%
2006	284	97	236	322	939	7,19%
2007	225	110	263	278	876	-6,71%
2008	298	36	214	310	858	-2,05%
2009	246	20	308	285	859	0,12%
2010	151	21	202	204	578	-32,71%
Total	1952 (32,8 %)	474 (8 %)	1714 (28,8 %)	1816 (30,5 %)	5956	

Findos em 2010





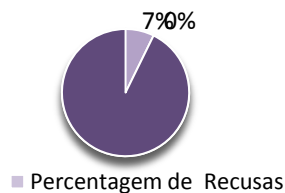
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de Instalação: 27-02-2002

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	6,80%
2009	8,98%
2010	7,27%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	45	0,68%	8	5	9	2
desertos		0,00%			2	
provido	4	8,89%				
não provido	13	28,89%		5	2	
parcial	2	4,44%		1		
desconhecidos	26	57,78%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	34,73%	28,64%	26,12%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	30,53%	20,10%	63,44%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	4,20%	2,33%	3,63%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	31,85%	9,52%	24,13%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	2
Funcionários	2
Protocolo	5

Duração Média (dias)

150



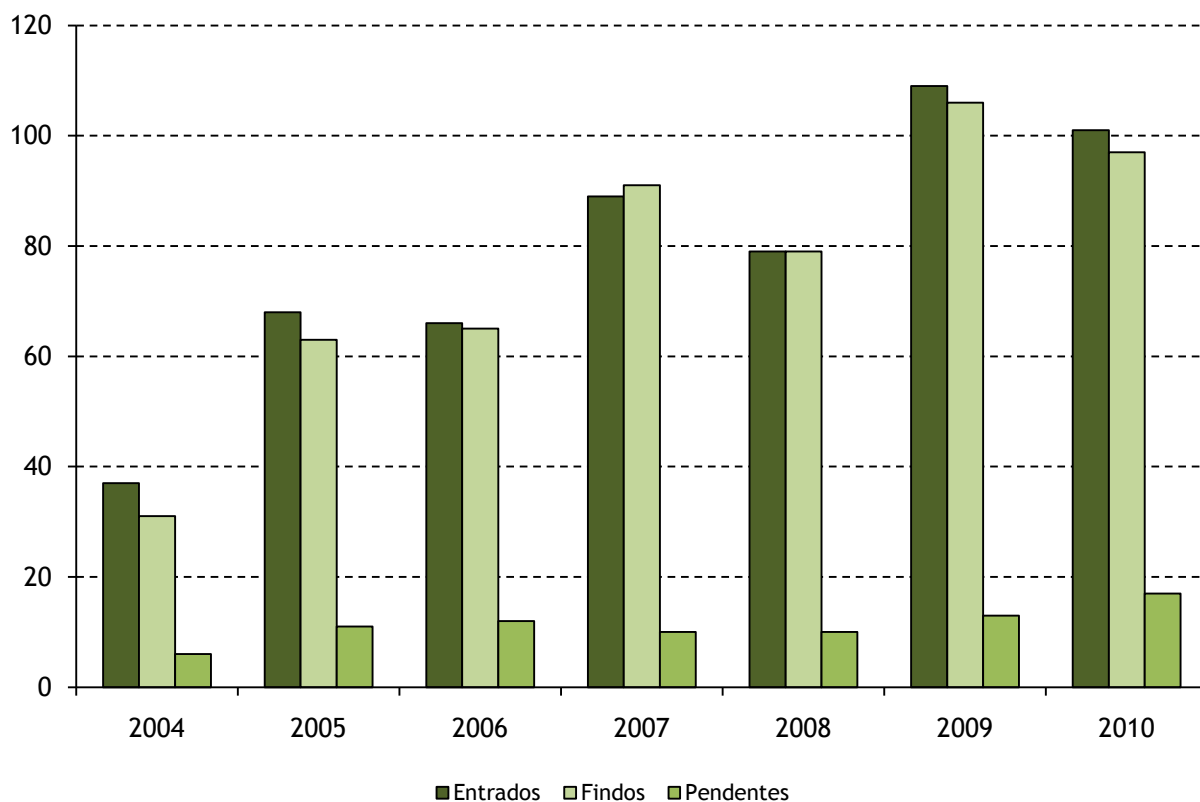
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Miranda do Corvo

Data de Instalação: 01-03-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	37		31		6	
2005	68	83,78%	63	103,23%	11	83,33%
2006	66	-2,94%	65	3,17%	12	9,09%
2007	89	34,85%	91	40,00%	10	-16,67%
2008	79	-11,24%	79	-13,19%	10	0,00%
2009	109	37,97%	106	34,18%	13	30,00%
2010	101	-7,34%	97	-8,49%	17	30,77%
Totais	549		532		17	





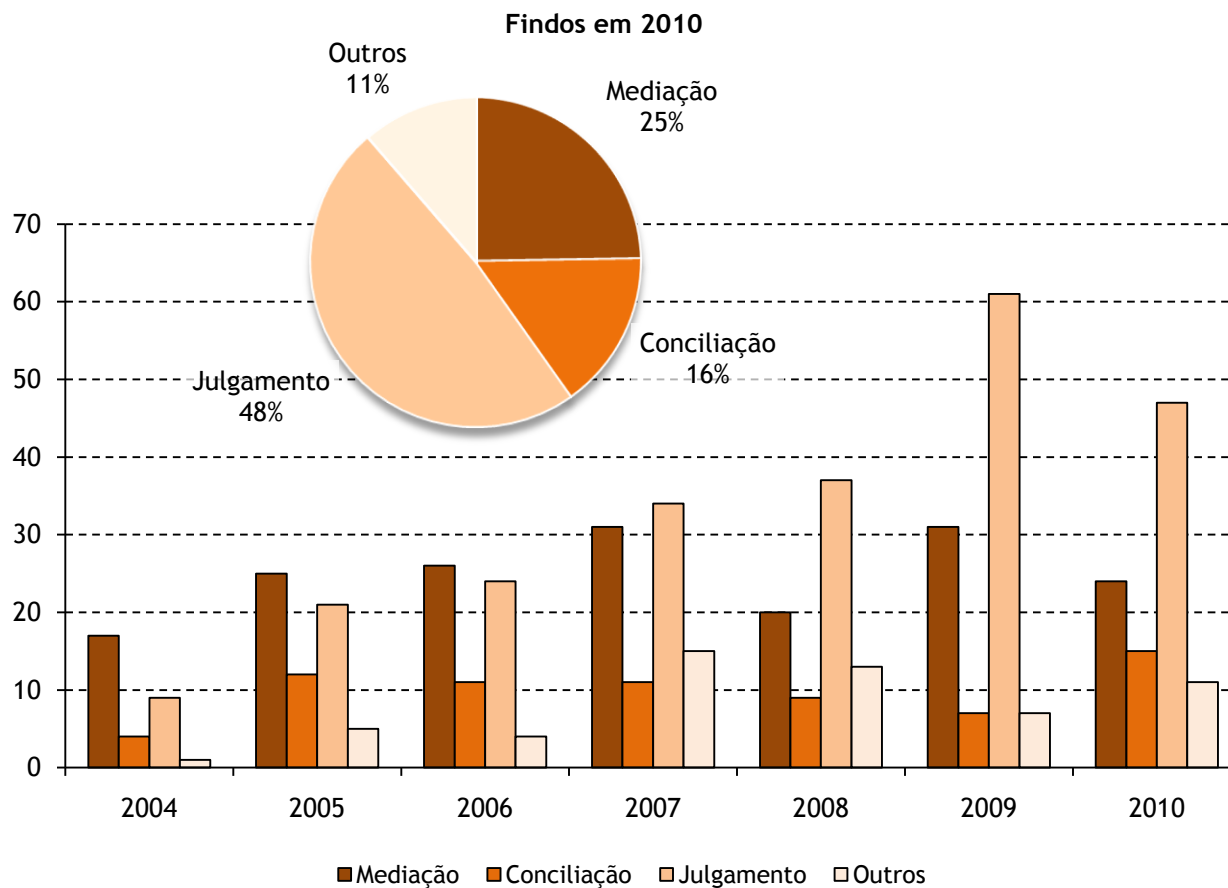
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Miranda do Corvo

Data de Instalação: 01-03-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	17	4	9	1	31	
2005	25	12	21	5	63	103,23%
2006	26	11	24	4	65	3,17%
2007	31	11	34	15	91	40,00%
2008	20	9	37	13	79	-13,19%
2009	31	7	61	7	106	34,18%
2010	24	15	47	11	97	-8,49%
Total	174 (32,7 %)	69 (13 %)	233 (43,8 %)	56 (10,5 %)	532	





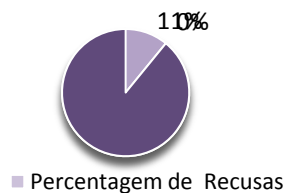
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Miranda do Corvo

Data de Instalação: 01-03-2004

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas	
2008	3,79%	11,39%
2009	3,67%	
2010	10,89%	



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	2	0,36%			1	
desertos	1	50,00%				
provido		0,00%				
não provido		0,00%				
parcial	1	50,00%				
desconhecidos	0	0,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz			
	25,32%	29,25%	24,74%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz			
	44,70%	38,75%	31,58%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz			
	11,39%	6,60%	15,46%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz			
	44,00%	11,48%	31,91%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	2

Duração Média (dias)

44



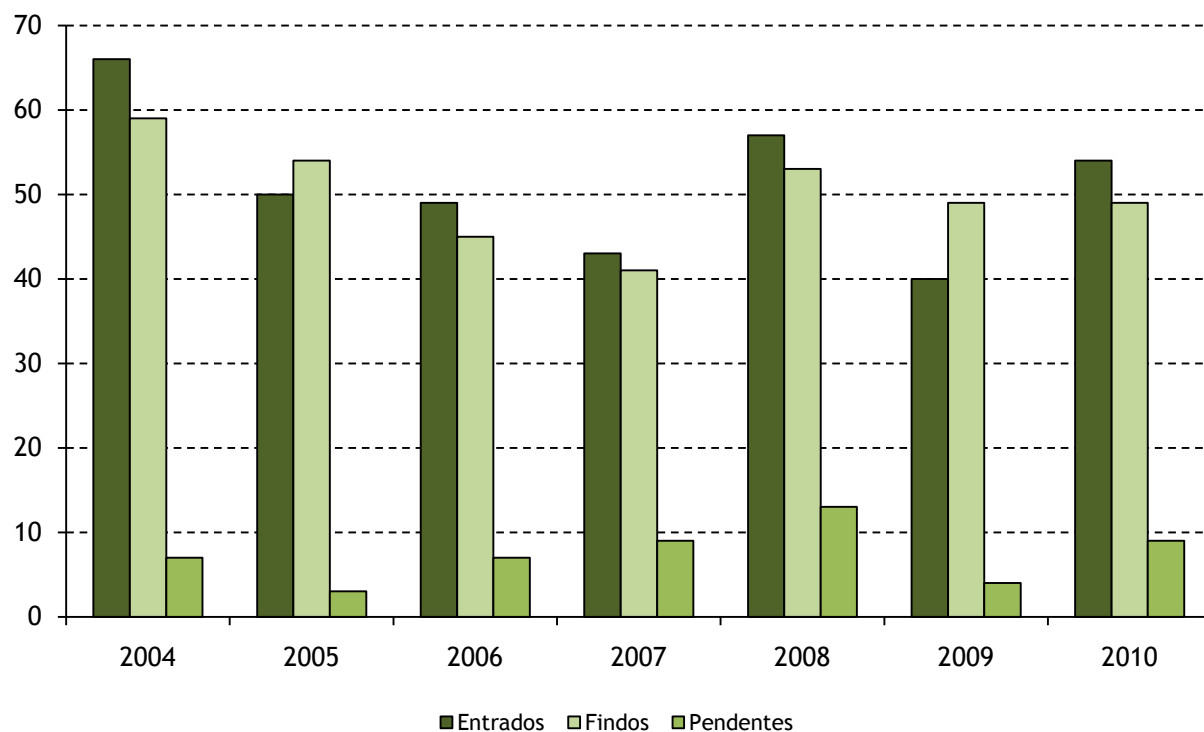
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Terras de Bouro

Data de Instalação: 01-03-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	66		59		7	
2005	50	-24,24%	54	-8,47%	3	-57,14%
2006	49	-2,00%	45	-16,67%	7	133,33%
2007	43	-12,24%	41	-8,89%	9	28,57%
2008	57	32,56%	53	29,27%	13	44,44%
2009	40	-29,82%	49	-7,55%	4	-69,23%
2010	54	35,00%	49	0,00%	9	125,00%
Totais	359		350		9	





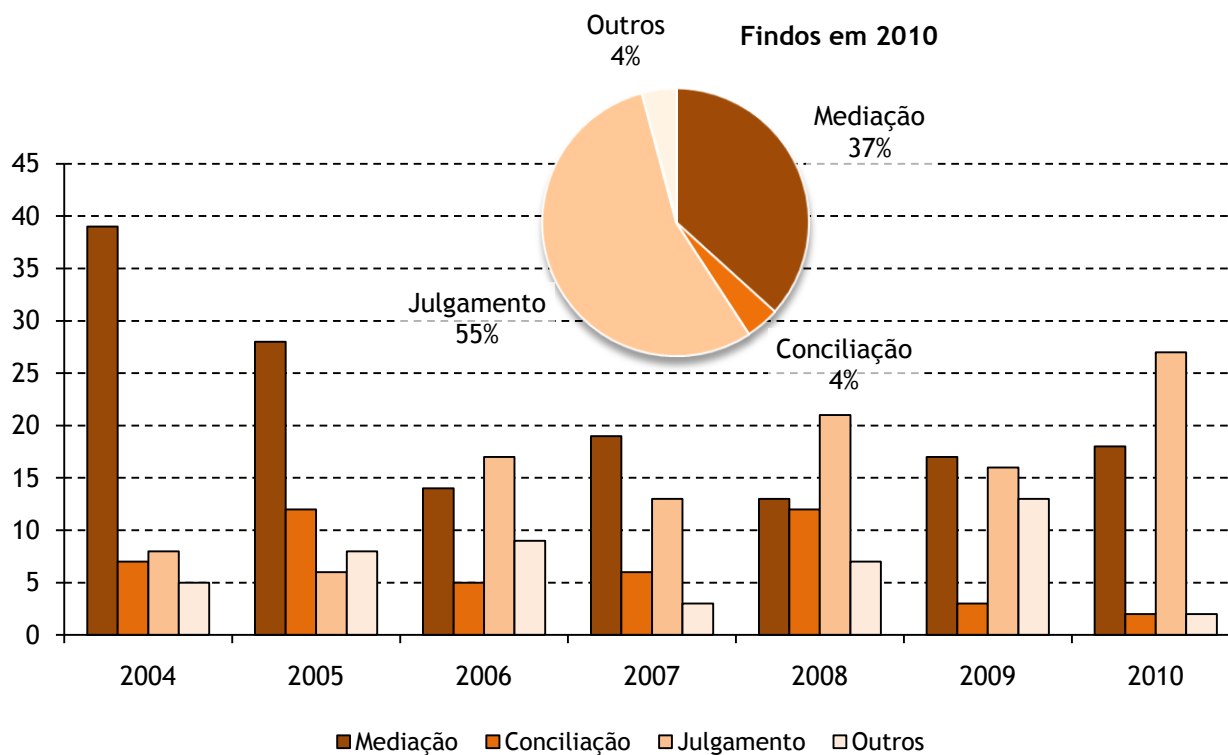
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Terras de Bouro

Data de Instalação: 01-03-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	39	7	8	5	59	
2005	28	12	6	8	54	-8,47%
2006	14	5	17	9	45	-16,67%
2007	19	6	13	3	41	-8,89%
2008	13	12	21	7	53	29,27%
2009	17	3	16	13	49	-7,55%
2010	18	2	27	2	49	0,00%
Total	148 (42,3 %)	47 (13,4 %)	108 (30,9 %)	47 (13,4 %)	350	





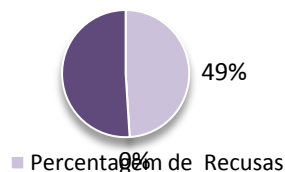
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Terras de Bouro

Data de Instalação: 01-03-2004

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	26,00%
2009	40,00%
2010	49,00%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	0	0,00%				
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	0					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	24,53%	34,69%	36,73%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	34,00%	51,50%	72,00%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	22,64%	6,12%	4,08%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	9,50%	18,75%	28,60%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	3

Duração Média (dias)

51



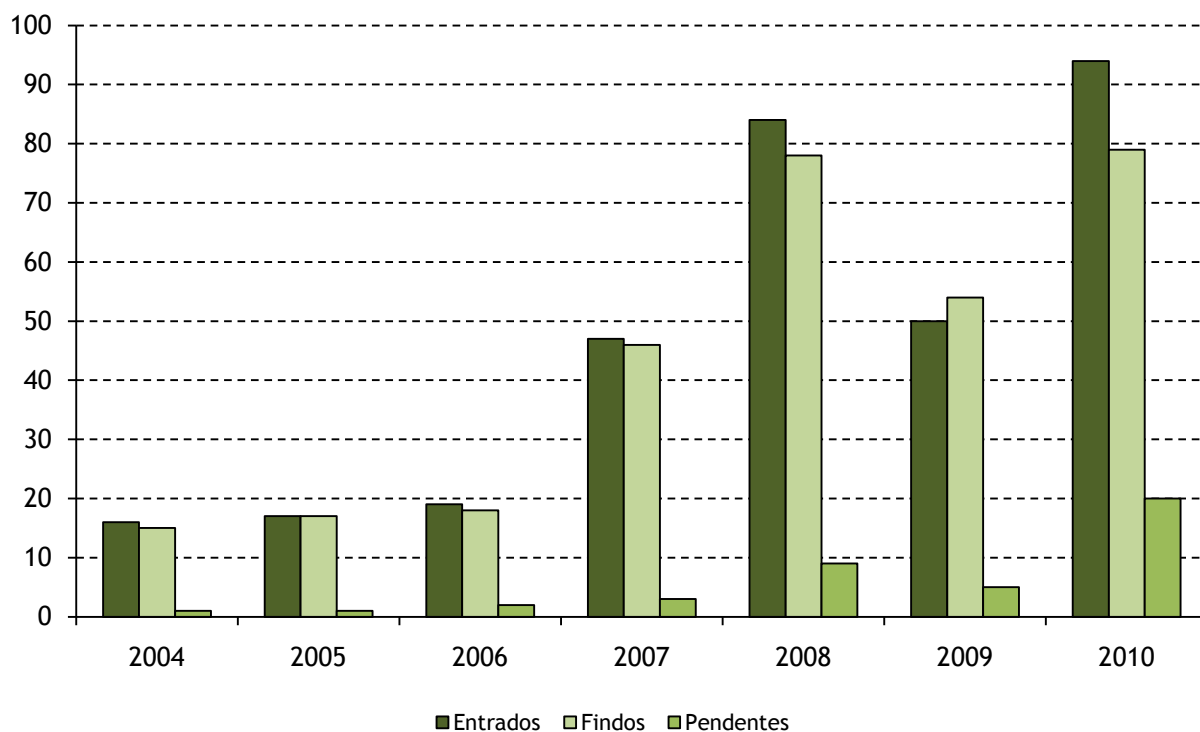
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

Data de Instalação: 01-03-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	16		15		1	
2005	17	6,25%	17	13,33%	1	0,00%
2006	19	11,76%	18	5,88%	2	100,00%
2007	47	147,37%	46	155,56%	3	50,00%
2008	84	78,72%	78	69,57%	9	200,00%
2009	50	-40,48%	54	-30,77%	5	-44,44%
2010	94	88,00%	79	46,30%	20	300,00%
Totais	327		307		20	





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

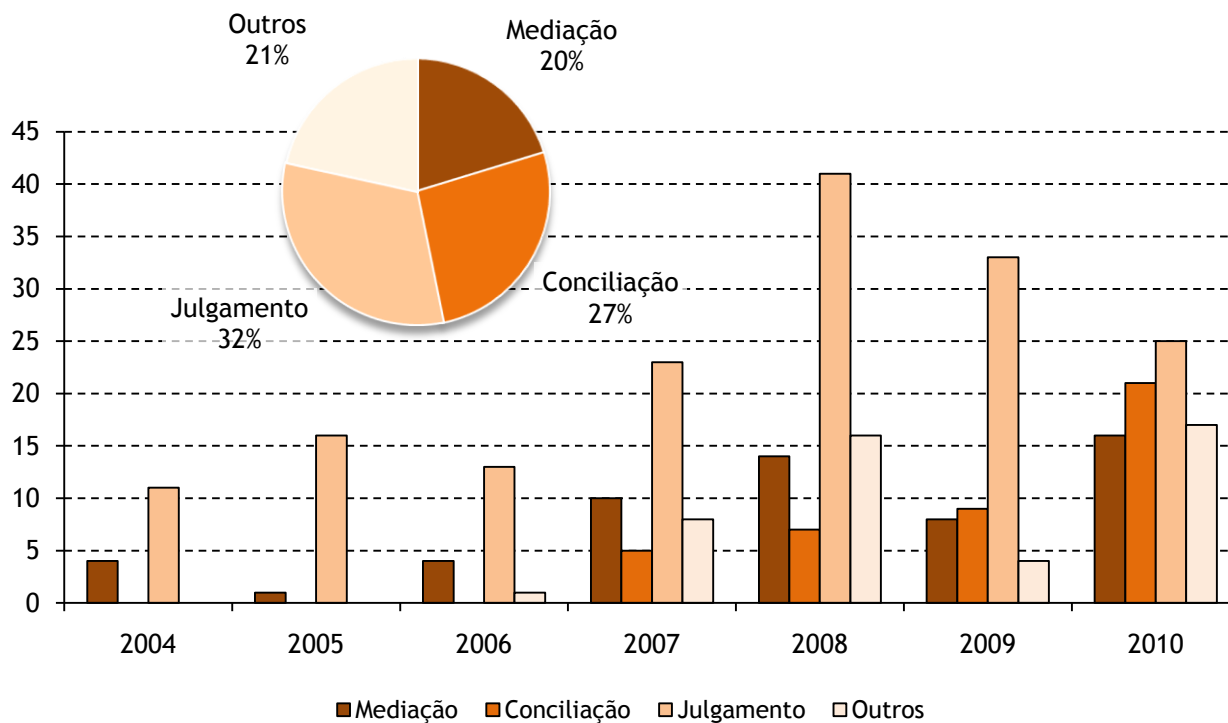
Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

Data de Instalação: 01-03-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	4	0	11	0	15	
2005	1	0	16	0	17	13,33%
2006	4	0	13	1	18	5,88%
2007	10	5	23	8	46	155,56%
2008	14	7	41	16	78	69,57%
2009	8	9	33	4	54	-30,77%
2010	16	21	25	17	79	46,30%
Total	57 (18,6 %)	42 (13,7 %)	162 (52,8 %)	46 (15 %)	307	

Findos em 2010





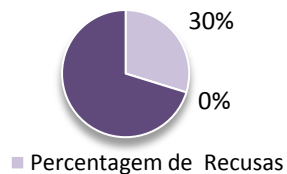
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

Data de Instalação: 01-03-2004

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	22,62%
2009	35,10%
2010	29,79%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	1	0,31%		1		
desertos		0,00%				
provido	1	100,00%				
não provido		0,00%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	0	0,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	17,95%	14,81%	20,25%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	26,42%	30,80%	24,19%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	8,97%	16,67%	26,58%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	15,56%	33,30%	84,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	3

Duração Média (dias)

45



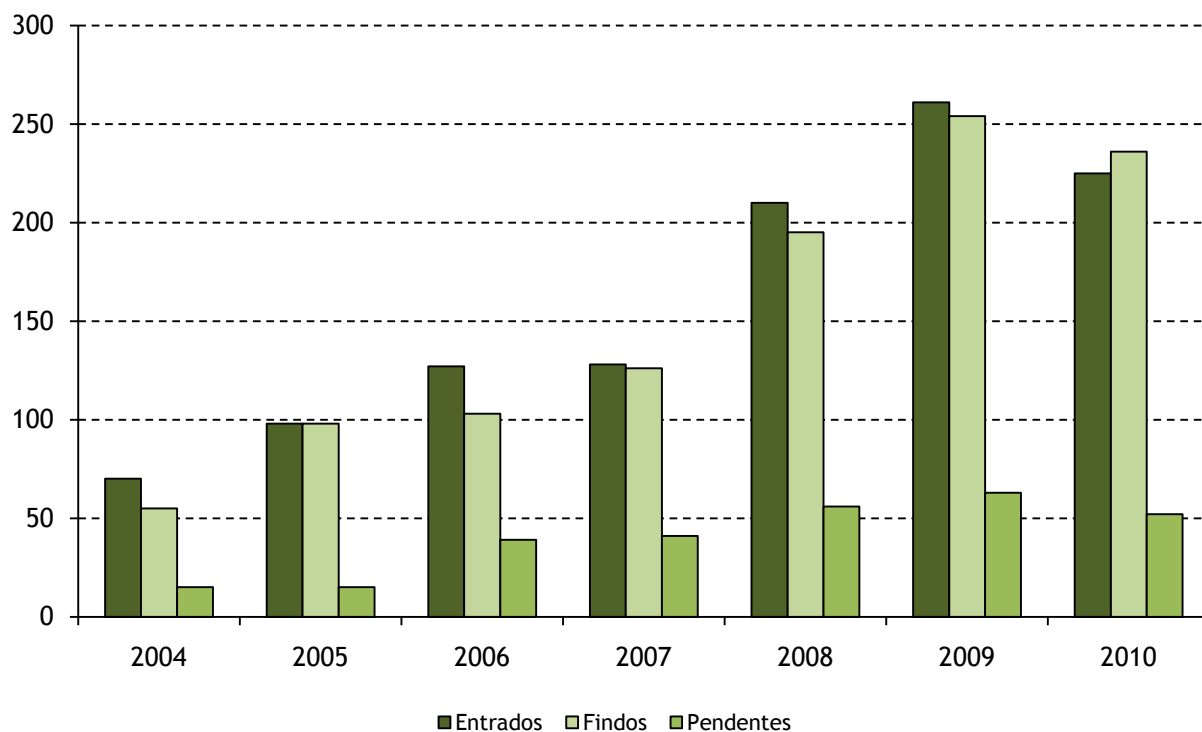
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro
Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende

Data de Instalação: 08-03-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	70		55		15	
2005	98	40,00%	98	78,18%	15	0,00%
2006	127	29,59%	103	5,10%	39	160,00%
2007	128	0,79%	126	22,33%	41	5,13%
2008	210	64,06%	195	54,76%	56	36,59%
2009	261	24,29%	254	30,26%	63	12,50%
2010	225	-13,79%	236	-7,09%	52	-17,46%
Totais	1119		1067		52	





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

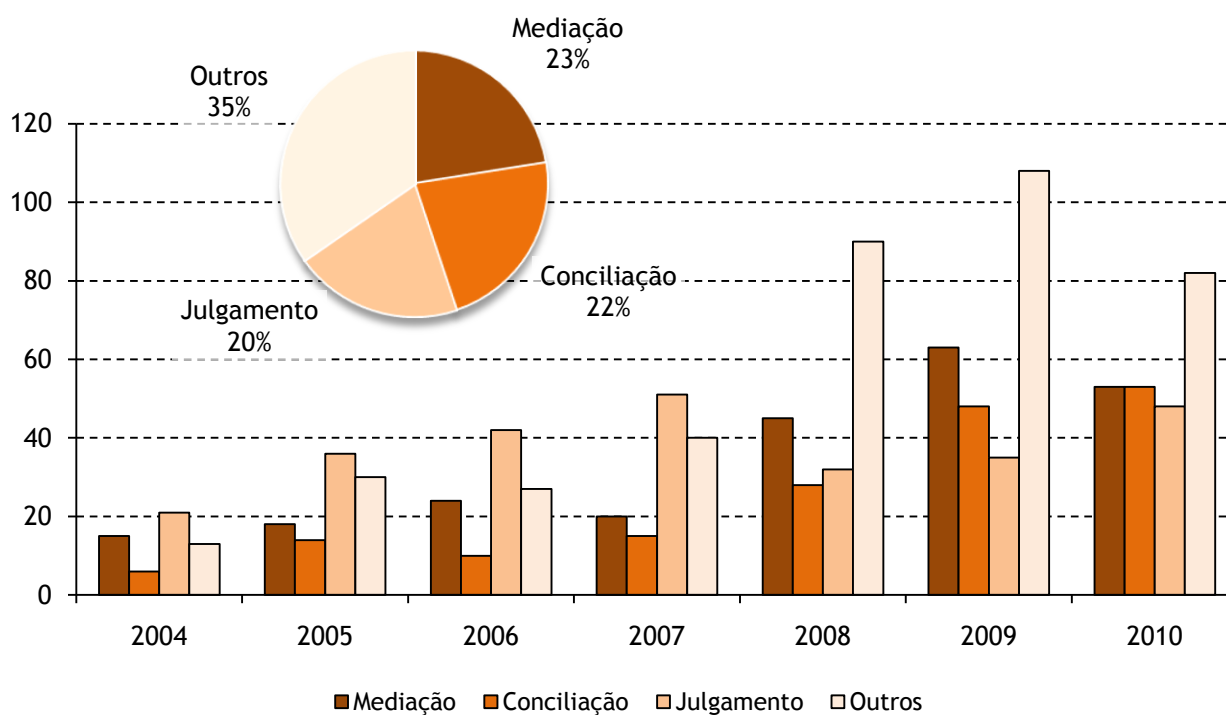
Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro
Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende

Data de Instalação: 08-03-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	15	6	21	13	55	
2005	18	14	36	30	98	78,18%
2006	24	10	42	27	103	5,10%
2007	20	15	51	40	126	22,33%
2008	45	28	32	90	195	54,76%
2009	63	48	35	108	254	30,26%
2010	53	53	48	82	236	-7,09%
Total	238 (22,3 %)	174 (16,3 %)	265 (24,8 %)	390 (36,6 %)	1067	

Findos em 2010





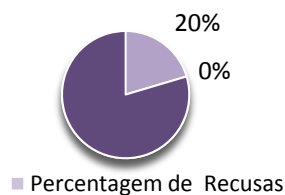
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro
Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende

Data de Instalação: 08-03-2004

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	18,57%
2009	16,64%
2010	20,40%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	42	3,75%	10	7	9	11
desertos	3	7,14%				
provido	13	30,95%	2	2		5
não provido	8	19,05%			5	2
parcial	3	7,14%		1	1	2
desconhecidos	15	35,71%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	23,08%	24,80%	22,46%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	26,32%	28,90%	29,61%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	14,36%	18,90%	22,46%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	16,37%	22,09%	29,61%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	5
Protocolo	5

Duração Média (dias)

74



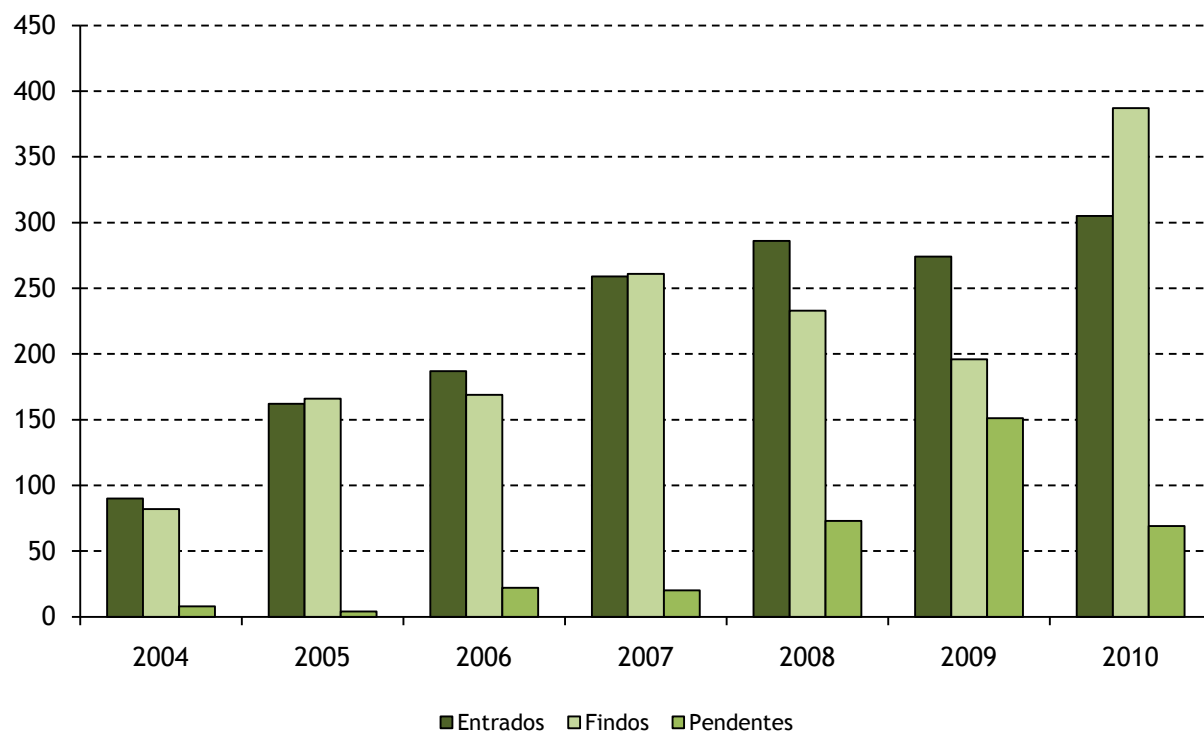
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de concelhos de Santa Marta de Penaguião,
Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real

Data de Instalação: 22-03-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	90		82		8	
2005	162	80,00%	166	102,44%	4	-50,00%
2006	187	15,43%	169	1,81%	22	450,00%
2007	259	38,50%	261	54,44%	20	-9,09%
2008	286	10,42%	233	-10,73%	73	265,00%
2009	274	-4,20%	196	-15,88%	151	106,85%
2010	305	11,31%	387	97,45%	69	-54,30%
Totais	1563		1494		69	





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

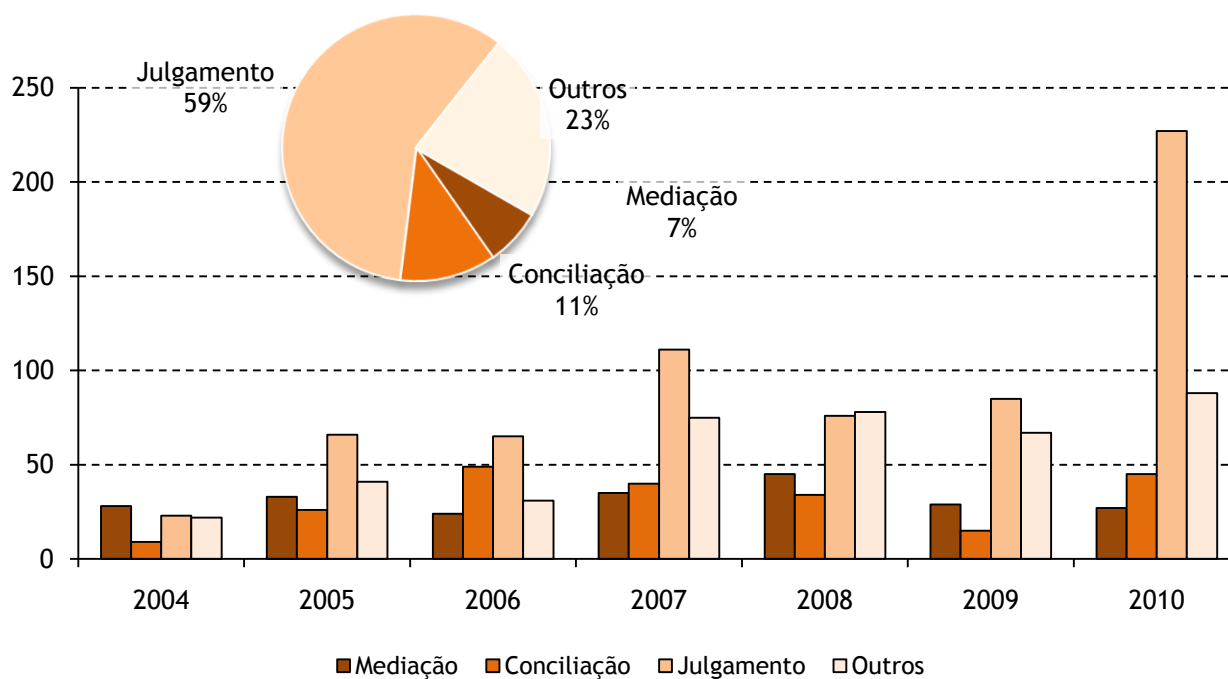
Julgado de Paz de Agrupamento de concelhos de Santa Marta de Penaguião,
Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real

Data de Instalação: 22-03-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	28	9	23	22	82	
2005	33	26	66	41	166	102,44%
2006	24	49	65	31	169	1,81%
2007	35	40	111	75	261	54,44%
2008	45	34	76	78	233	-10,73%
2009	29	15	85	67	196	-15,88%
2010	27	45	227	88	387	97,45%
Total	221 (14,8 %)	218 (14,6 %)	653 (43,7 %)	402 (26,9 %)	1494	

Findos em 2010





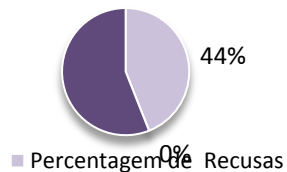
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de concelhos de Santa Marta de Penaguião,
Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real

Data de Instalação: 22-03-2004

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	44,40%
2009	51,91%
2010	44,00%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	17	1,09%	1		1	4
desertos		0,00%				
provido	4	23,53%				
não provido	8	47,06%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	5	29,41%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	19,31%	14,80%	6,98%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	28,30%	20,42%	96,00%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	14,59%	7,65%	11,63%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	34,35%	33,33%	98,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	7
Protocolo	7

Duração Média (dias)

72



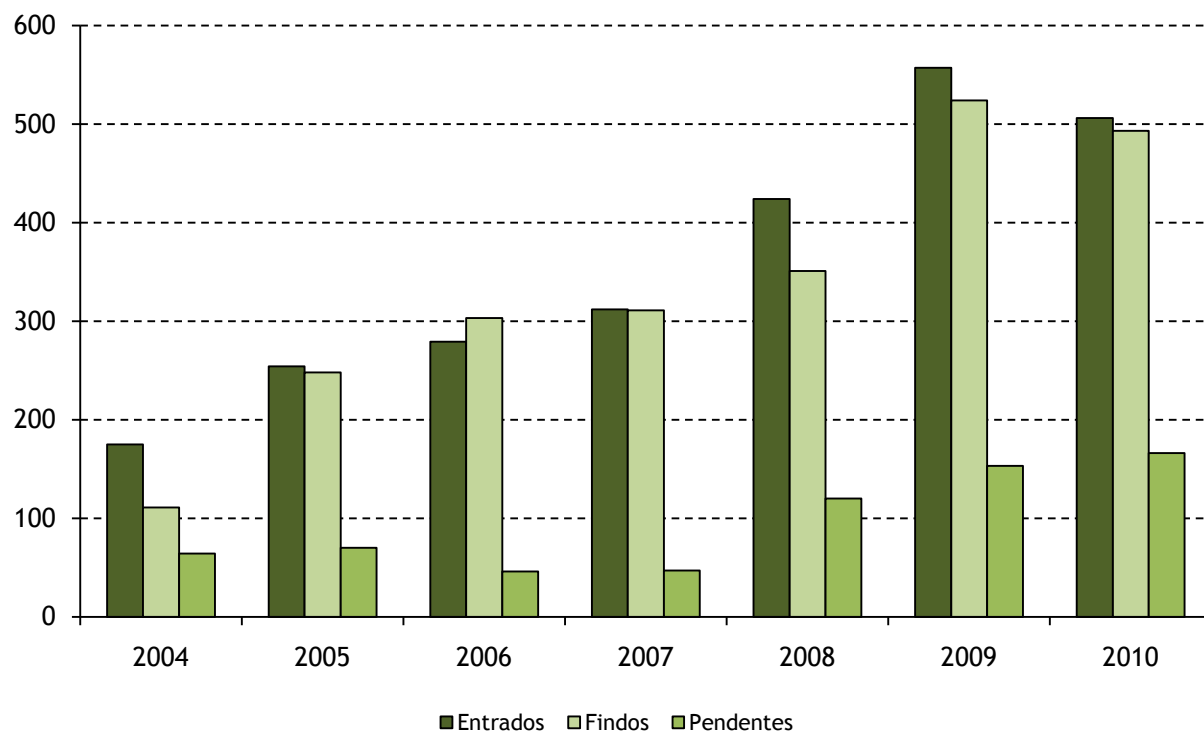
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e
Montemor-o-Velho

Data de Instalação: 05-04-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	175		111		64	
2005	254	45,14%	248	123,42%	70	9,38%
2006	279	9,84%	303	22,18%	46	-34,29%
2007	312	11,83%	311	2,64%	47	2,17%
2008	424	35,90%	351	12,86%	120	155,32%
2009	557	31,37%	524	49,29%	153	27,50%
2010	506	-9,16%	493	-5,92%	166	8,50%
Totais	2507		2341		166	





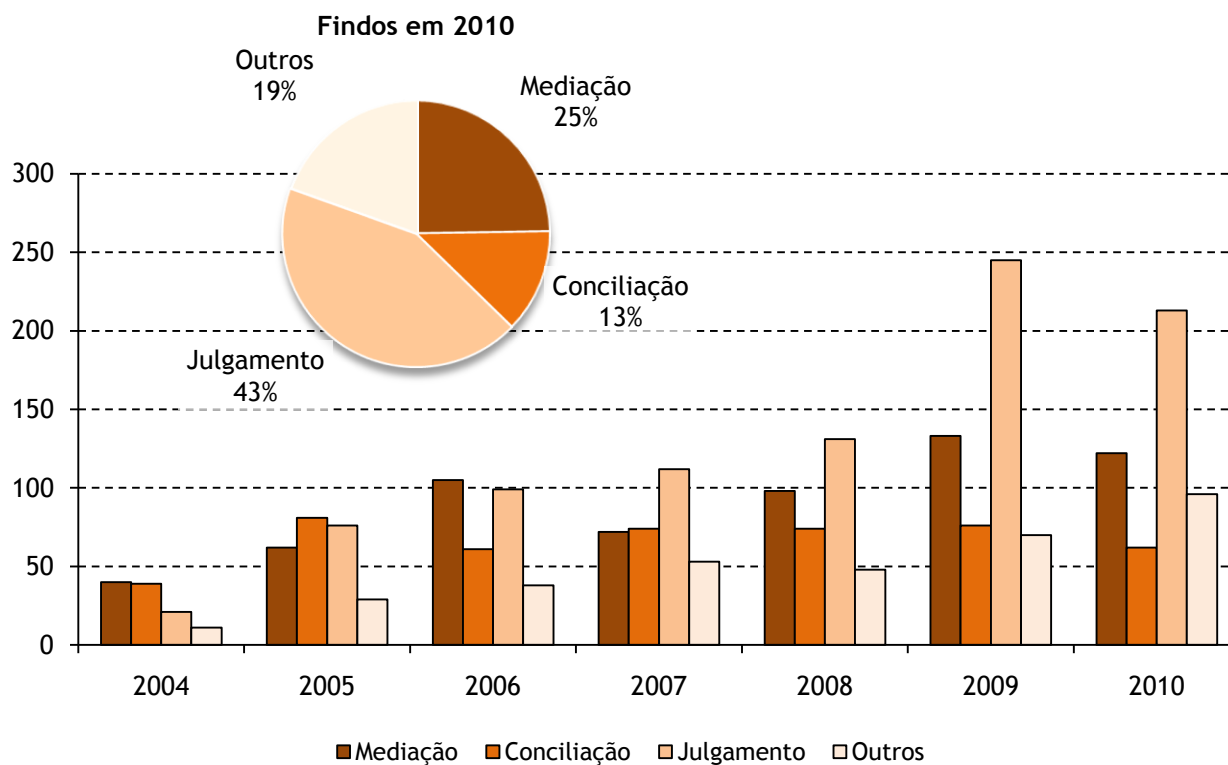
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e
Montemor-o-Velho

Data de Instalação: 05-04-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	40	39	21	11	111	
2005	62	81	76	29	248	123,42%
2006	105	61	99	38	303	22,18%
2007	72	74	112	53	311	2,64%
2008	98	74	131	48	351	12,86%
2009	133	76	245	70	524	49,29%
2010	122	62	213	96	493	-5,92%
Total	632 (27 %)	467 (19,9 %)	897 (38,3 %)	345 (14,7 %)	2341	





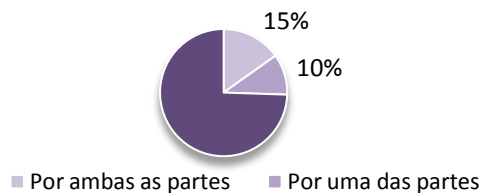
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e
Montemor-o-Velho

Data de Instalação: 05-04-2004

Recusas de mediação

	Por ambas as partes	Por uma das partes
2008	0,23%	12,47%
2009	15,80%	14,08%
2010	17,97%	6,13%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	16	0,64%	4	1	3	6
desertos		0,00%				
provido	2	12,50%		1		1
não provido	2	12,50%			2	2
parcial		0,00%				
desconhecidos	12	75,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	27,92%	25,38%	24,75%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	44,34%	28,23%	31,77%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	21,08%	14,50%	12,58%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	36,45%	17,92%	16,14%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	6
Protocolo	6

Duração Média (dias)

84



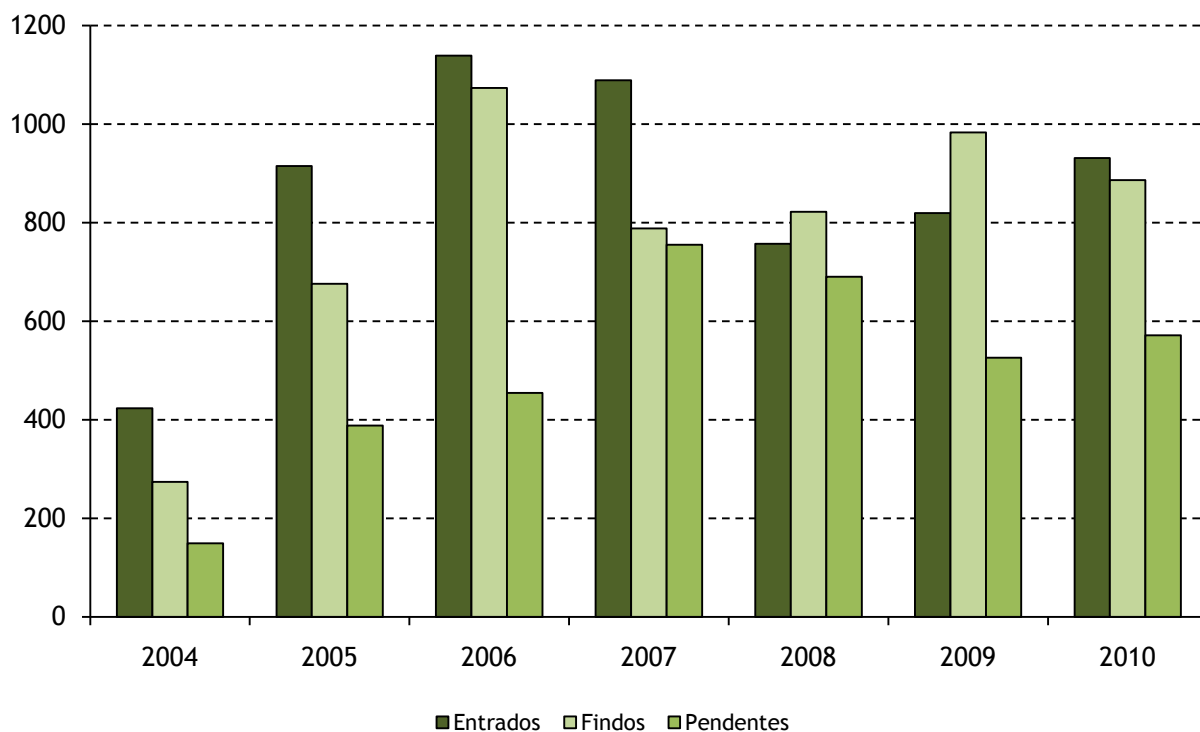
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz do Porto

Data de Instalação: 15-04-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	423		274		149	
2005	915	116,31%	676	146,72%	388	160,40%
2006	1139	24,48%	1073	58,73%	454	17,01%
2007	1089	-4,39%	788	-26,56%	755	66,30%
2008	757	-30,49%	822	4,31%	690	-8,61%
2009	819	8,19%	983	19,59%	526	-23,77%
2010	931	13,68%	886	-9,87%	571	8,56%
Totais	6073		5502		571	





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

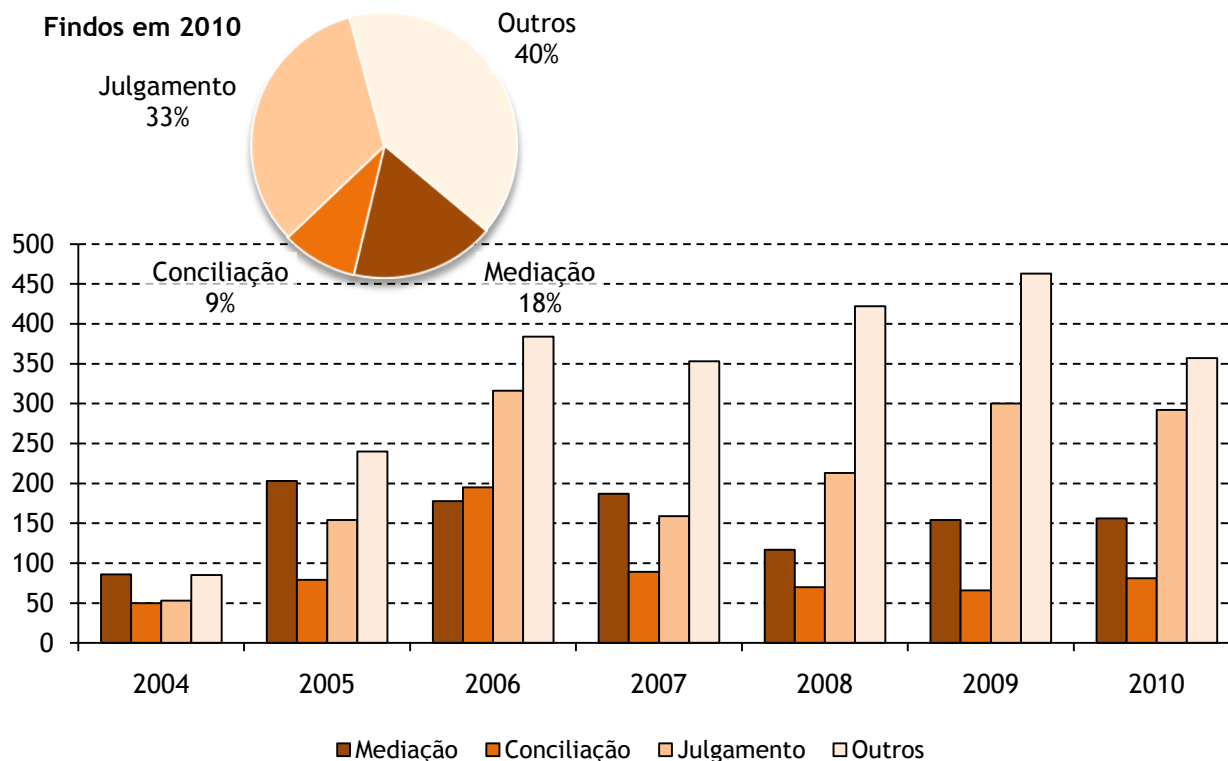
Julgado de Paz do Porto

Data de Instalação: 15-04-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	86	50	53	85	274	
2005	203	79	154	240	676	146,72%
2006	178	195	316	384	1073	58,73%
2007	187	89	159	353	788	-26,56%
2008	117	70	213	422	822	4,31%
2009	154	66	300	463	983	19,59%
2010	156	81	292	357	886	-9,87%
Total	1081 (19,6 %)	630 (11,5 %)	1487 (27 %)	2304 (41,9 %)	5502	

Findos em 2010





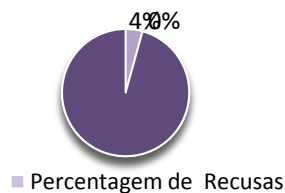
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz do Porto

Data de Instalação: 15-04-2004

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	6,53%
2009	1,95%
2010	4,30%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	51	0,84%	10	4	6	5
desertos		0,00%				
provido		0,00%			4	3
não provido	24	47,06%	8	1	3	5
parcial	1	1,96%		1		1
desconhecidos	26	50,98%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	14,23%	15,67%	17,61%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	20,17%	22,71%	18,40%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	8,52%	6,71%	9,14%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	15,12%	12,60%	11,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	2
Funcionários	6
Protocolo	6

Duração Média (dias)

143



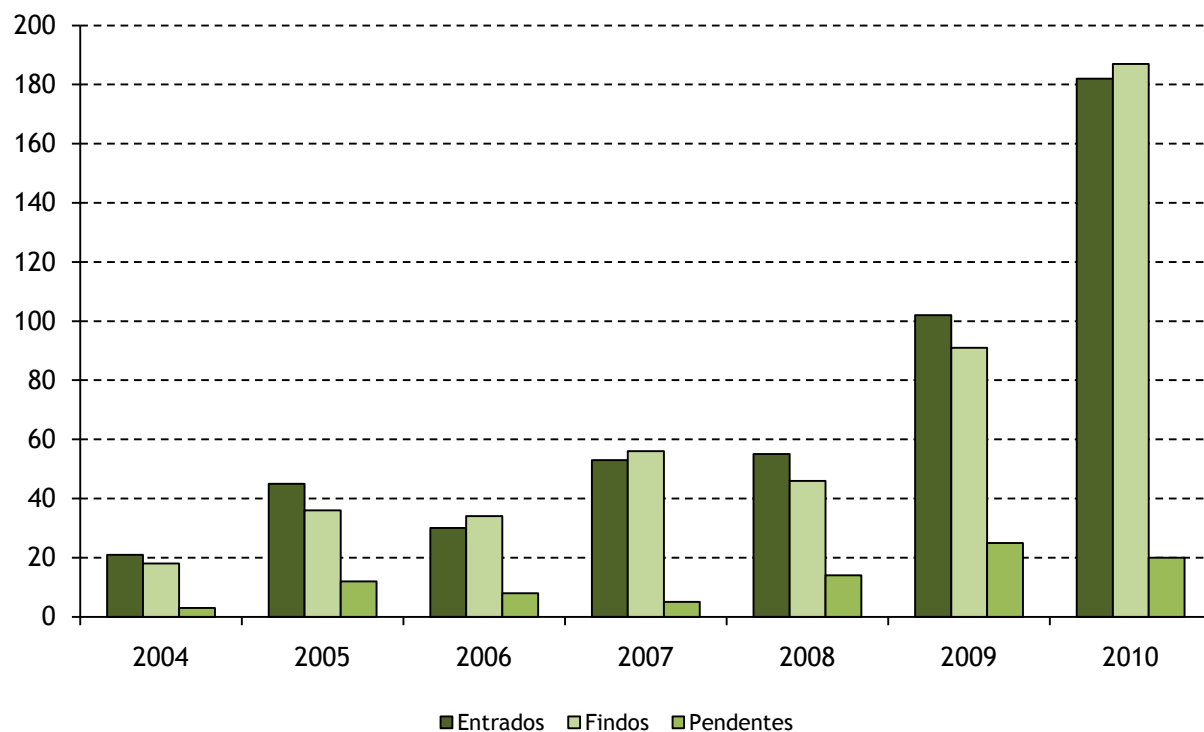
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira, Vila Nova de
Paiva, Sátão, Penalva do Castelo e Trancoso

Data de Instalação: 17-05-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	21		18		3	
2005	45	114,29%	36	100,00%	12	300,00%
2006	30	-33,33%	34	-5,56%	8	-33,33%
2007	53	76,67%	56	64,71%	5	-37,50%
2008	55	3,77%	46	-17,86%	14	180,00%
2009	102	85,45%	91	97,83%	25	78,57%
2010	182	78,43%	187	105,49%	20	-20,00%
Totais	488		468		20	





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

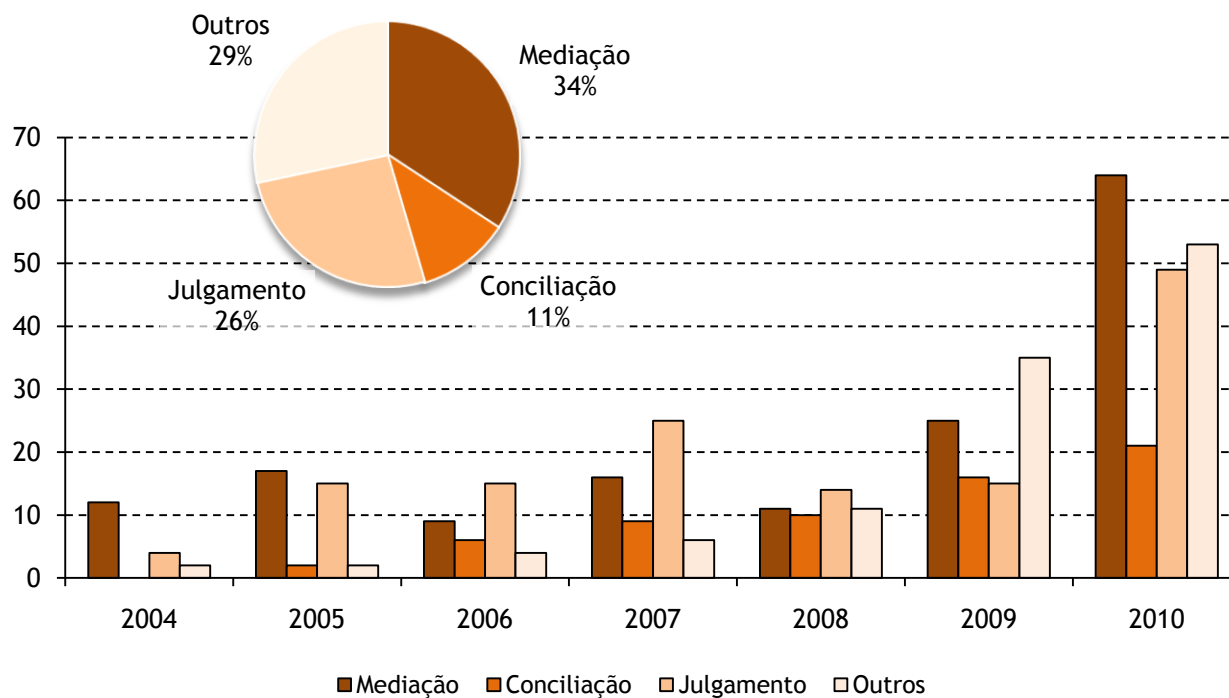
Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira, Vila Nova de
Paiva, Sátão, Penalva do Castelo e Trancoso

Data de Instalação: 17-05-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	12	0	4	2	18	
2005	17	2	15	2	36	100,00%
2006	9	6	15	4	34	-5,56%
2007	16	9	25	6	56	64,71%
2008	11	10	14	11	46	-17,86%
2009	25	16	15	35	91	97,83%
2010	64	21	49	53	187	105,49%
Total	154 (32,9 %)	64 (13,7 %)	137 (29,3 %)	113 (24,1 %)	468	

Findos em 2010





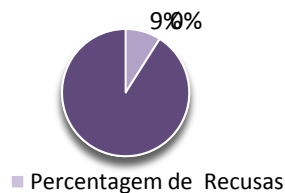
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira, Vila Nova de Paiva, Sátão, Penalva do Castelo e Trancoso

Data de Instalação: 17-05-2004

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	10,91%
2009	18,20%
2010	9,00%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	3	0,61%		1	1	
desertos		0,00%				
provido		0,00%				
não provido	1	33,33%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	2	66,67%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	23,91%	27,47%	34,22%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	61,11%	67,50%	34,00%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	21,74%	17,58%	11,23%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	11,11%	43,75%	52,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	6
Protocolo	8

Duração Média (dias)

35



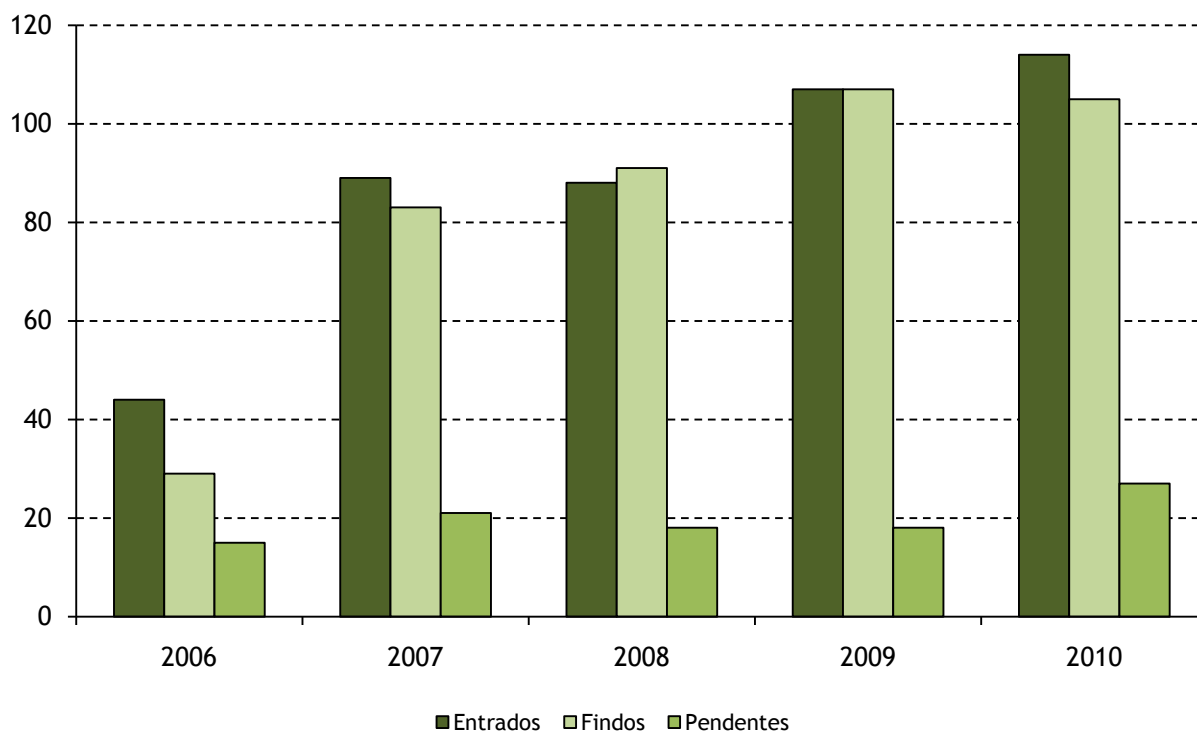
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Trofa

Data de Instalação: 07-03-2006

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2006	44		29		15	
2007	89	102,27%	83	186,21%	21	40,00%
2008	88	-1,12%	91	9,64%	18	-14,29%
2009	107	21,59%	107	17,58%	18	0,00%
2010	114	6,54%	105	-1,87%	27	50,00%
Totais	442		415		27	





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

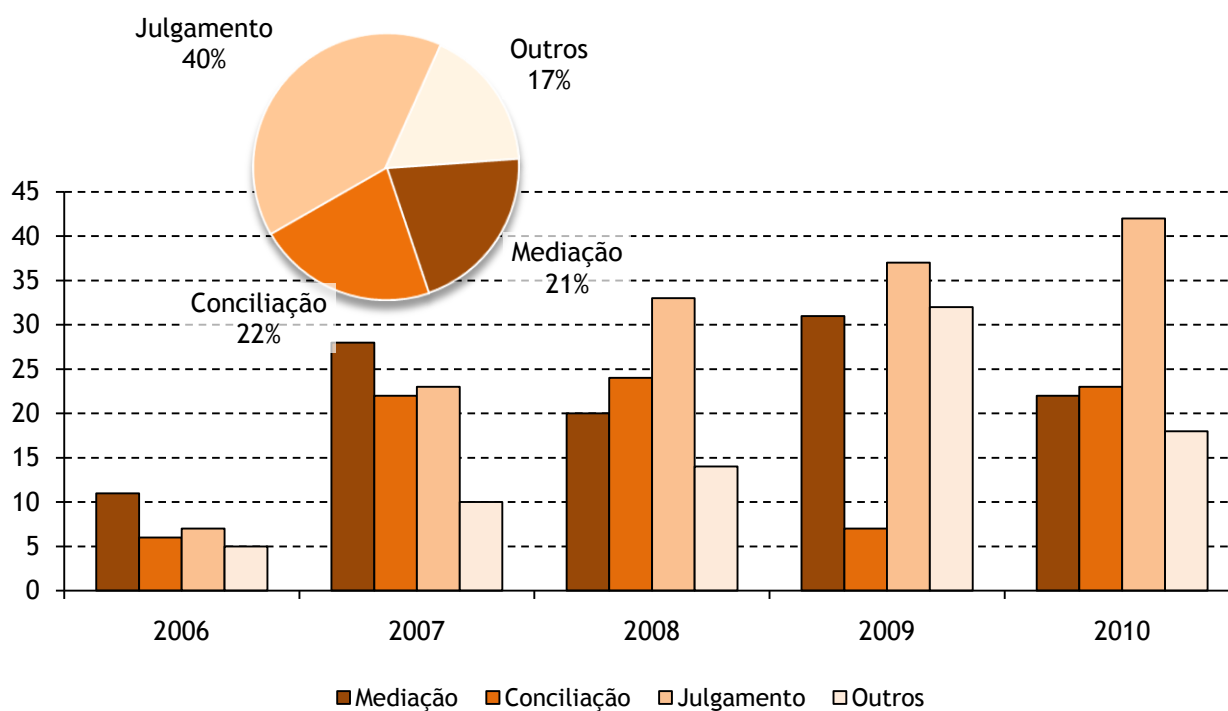
Julgado de Paz de Trofa

Data de Instalação: 07-03-2006

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2006	11	6	7	5	29	
2007	28	22	23	10	83	186,21%
2008	20	24	33	14	91	9,64%
2009	31	7	37	32	107	17,58%
2010	22	23	42	18	105	-1,87%
Total	112 (27 %)	82 (19,8 %)	142 (34,2 %)	79 (19 %)	415	

Findos em 2010





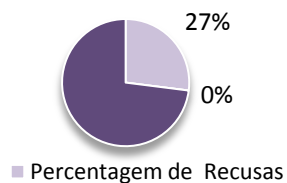
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Trofa

Data de Instalação: 07-03-2006

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	26,37%
2009	28,00%
2010	27,00%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	4	0,90%		1		3
desertos		0,00%				
provido		0,00%				
não provido	1	25,00%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	3	75,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	21,98%	28,97%	20,95%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	29,85%	43,05%	78,60%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	26,37%	6,54%	21,90%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	26,76%	9,21%	16,70%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	2

Duração Média (dias)

83



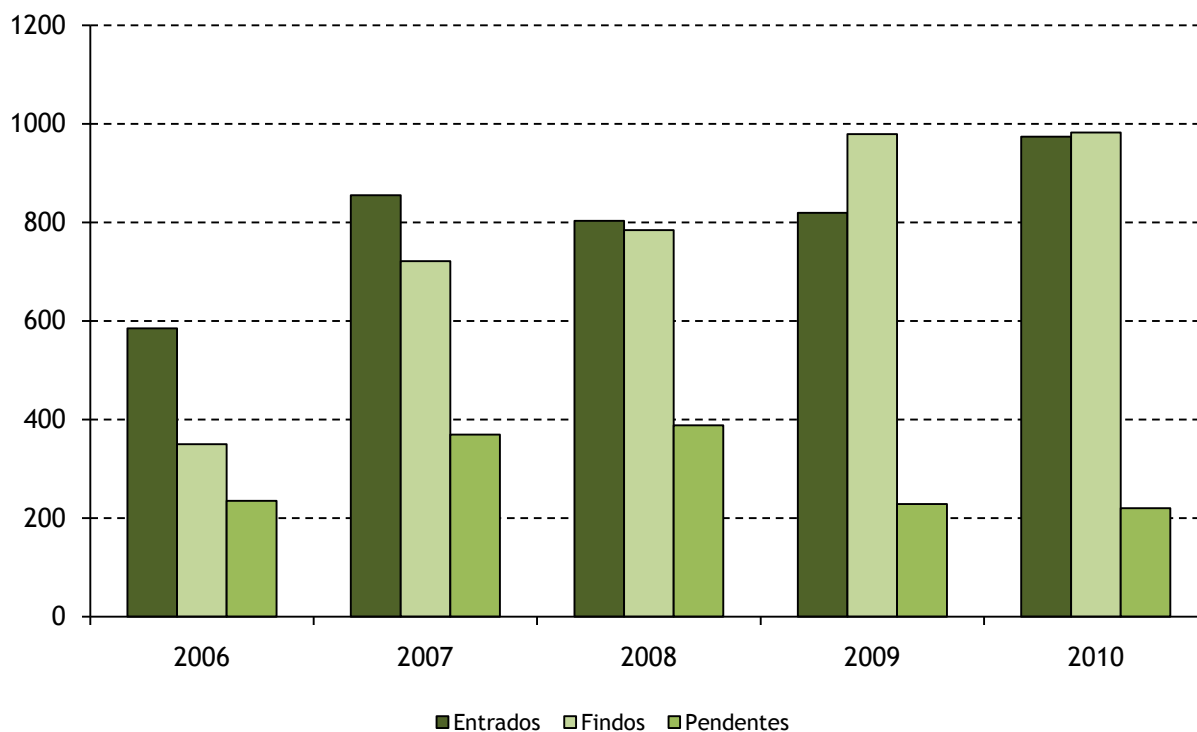
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Sintra

Data de Instalação: 15-03-2006

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2006	585		350		235	
2007	855	46,15%	721	106,00%	369	57,02%
2008	803	-6,08%	784	8,74%	388	5,15%
2009	819	1,99%	979	24,87%	228	-41,24%
2010	974	18,93%	982	0,31%	220	-3,51%
Totais	4036		3816		220	





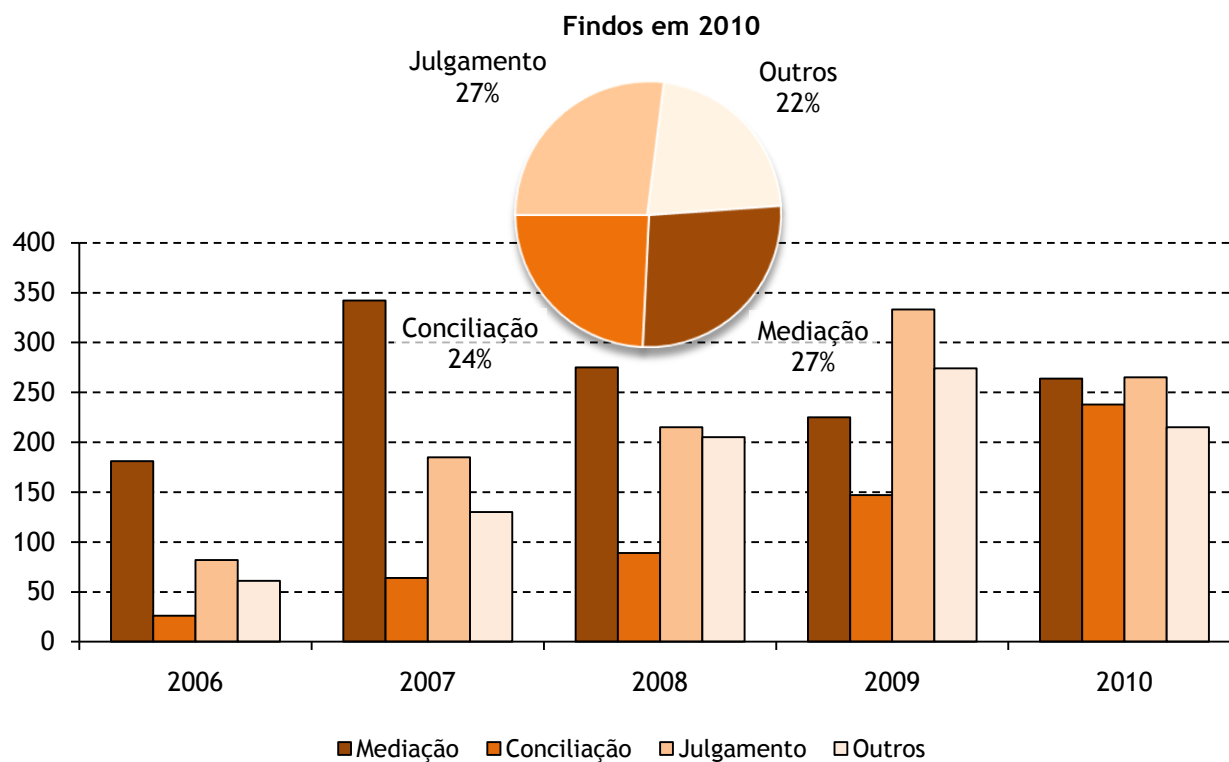
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Sintra

Data de Instalação: 15-03-2006

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2006	181	26	82	61	350	
2007	342	64	185	130	721	106,00%
2008	275	89	215	205	784	8,74%
2009	225	147	333	274	979	24,87%
2010	264	238	265	215	982	0,31%
Total	1287 (33,7 %)	564 (14,8 %)	1080 (28,3 %)	885 (23,2 %)	3816	





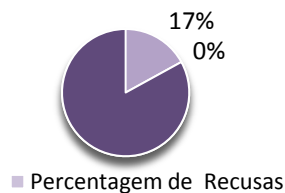
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Sintra

Data de Instalação: 15-03-2006

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	15,58%
2009	20,00%
2010	17,00%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	12	0,30%	2	3	3	4
desertos		0,00%				
provido	2	16,67%	1			1
não provido	1	8,33%				1
parcial		0,00%				
desconhecidos	9	75,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	35,08%	22,98%	26,88%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	40,56%	28,00%	32,00%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	11,35%	15,02%	24,24%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	15,00%	19,00%	32,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	2
Funcionários	5
Protocolo	6

Duração Média (dias)

111



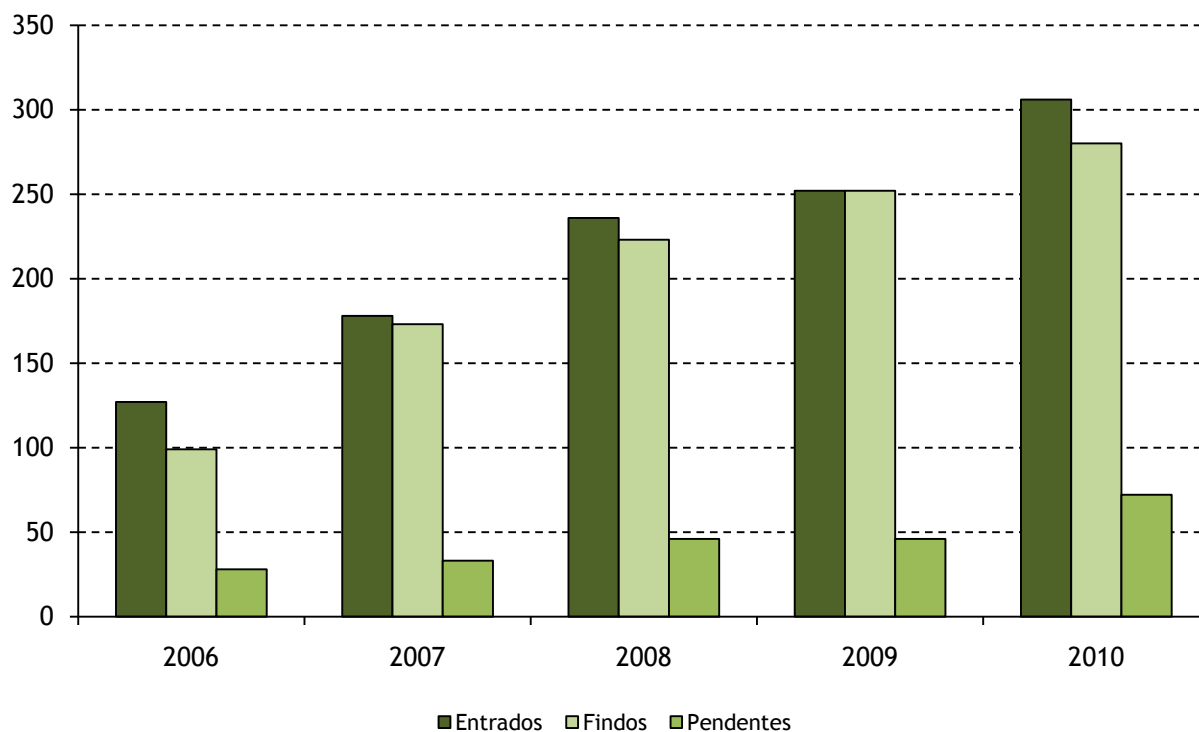
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Coimbra

Data de Instalação: 20-03-2006

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2006	127		99		28	
2007	178	40,16%	173	74,75%	33	17,86%
2008	236	32,58%	223	28,90%	46	39,39%
2009	252	6,78%	252	13,00%	46	0,00%
2010	306	21,43%	280	11,11%	72	56,52%
Totais	1099		1027		72	





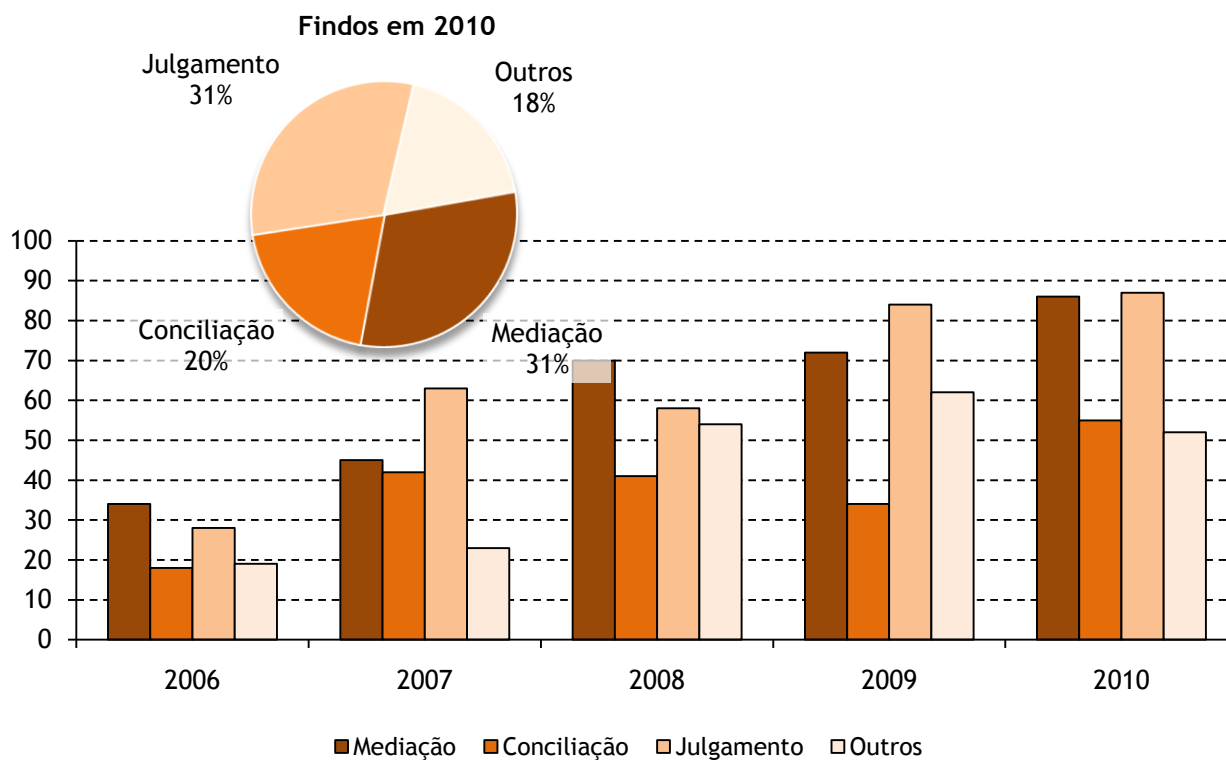
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Coimbra

Data de Instalação: 20-03-2006

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2006	34	18	28	19	99	
2007	45	42	63	23	173	74,75%
2008	70	41	58	54	223	28,90%
2009	72	34	84	62	252	13,00%
2010	86	55	87	52	280	11,11%
Total	307 (29,9 %)	190 (18,5 %)	320 (31,2 %)	210 (20,4 %)	1027	





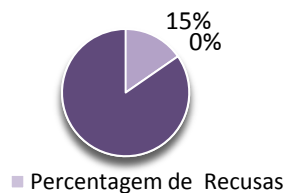
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Coimbra

Data de Instalação: 20-03-2006

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	13,14%
2009	15,10%
2010	15,35%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	8	0,73%	1	1	3	3
desertos		0,00%				
provido		0,00%				
não provido	3	37,50%	1	1	1	
parcial		0,00%				
desconhecidos	5	62,50%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	31,39%	28,57%	30,71%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	34,14%	33,60%	33,20%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	18,39%	13,49%	19,64%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	26,80%	18,90%	25,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	3
Protocolo	5

Duração Média (dias)

59



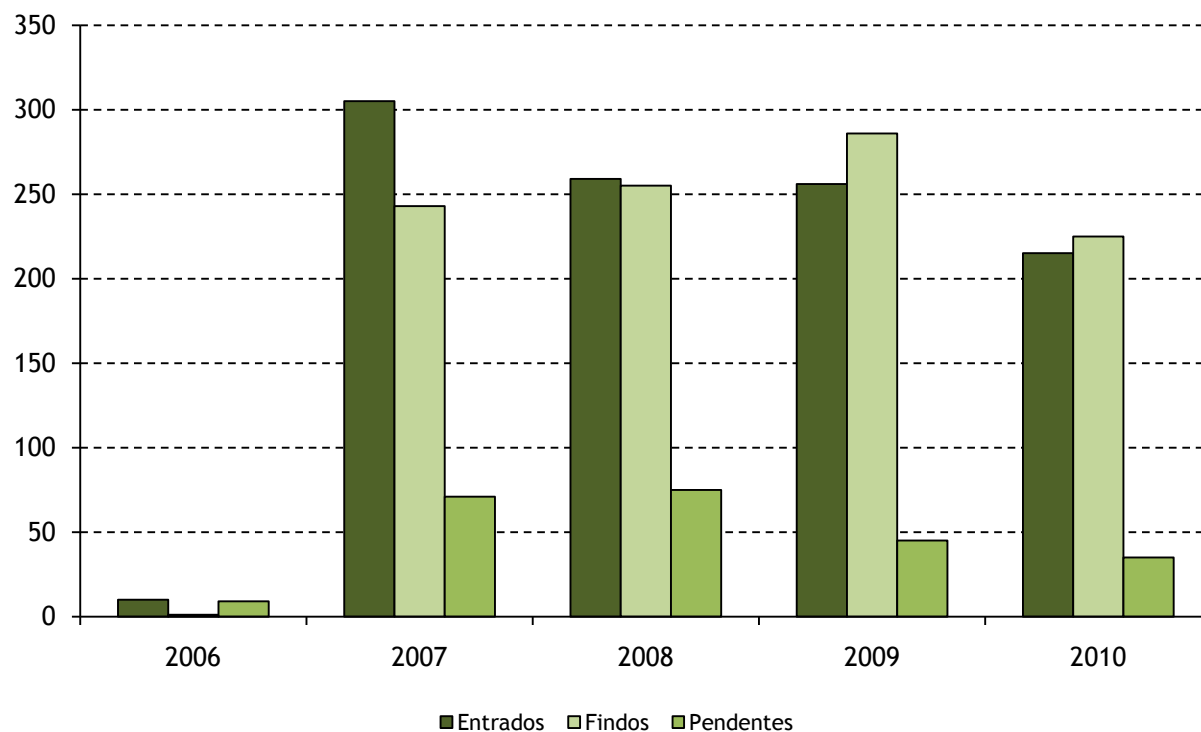
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Santa Maria da Feira

Data de Instalação: 28-11-2006

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2006	10		1		9	
2007	305	2950,00%	243	24200,00%	71	688,89%
2008	259	-15,08%	255	4,94%	75	5,63%
2009	256	-1,16%	286	12,16%	45	-40,00%
2010	215	-16,02%	225	-21,33%	35	-22,22%
Totais	1045		1010		35	





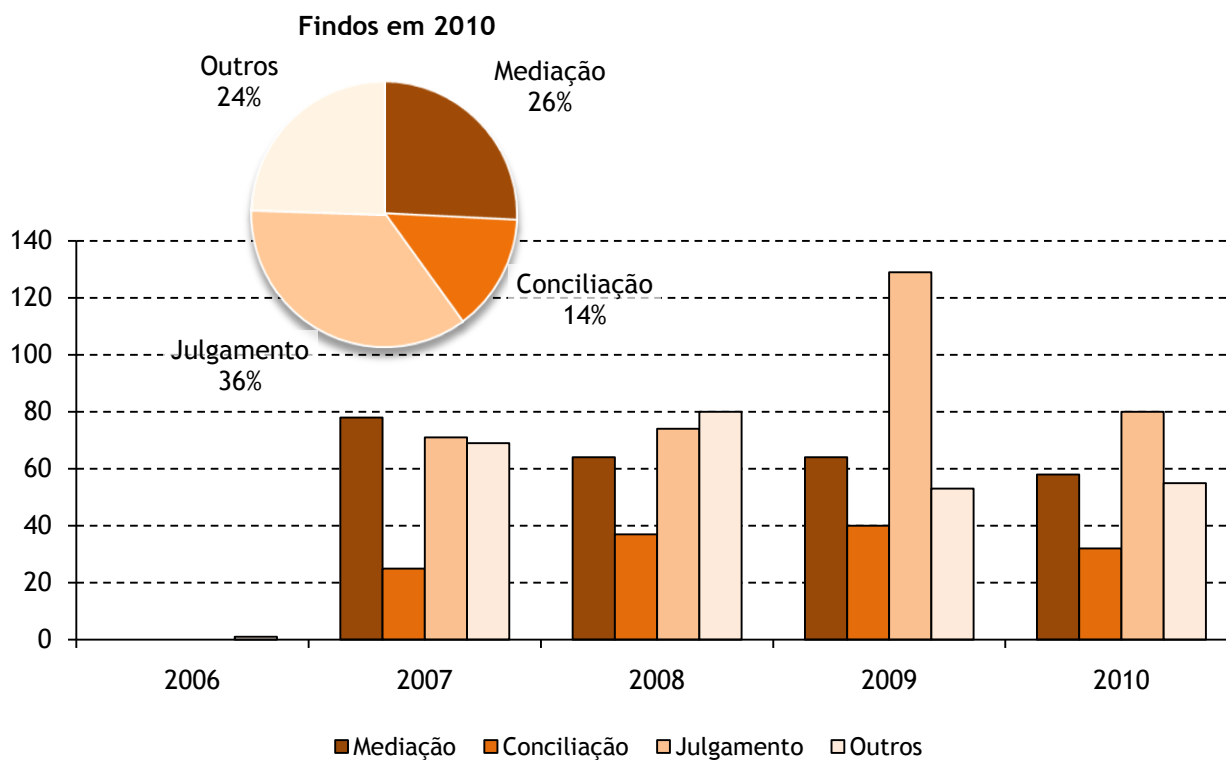
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Santa Maria da Feira

Data de Instalação: 28-11-2006

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2006	0	0	0	1	1	
2007	78	25	71	69	243	24200,00%
2008	64	37	74	80	255	4,94%
2009	64	40	129	53	286	12,16%
2010	58	32	80	55	225	-21,33%
Total	264 (26,1 %)	134 (13,3 %)	354 (35 %)	258 (25,5 %)	1010	





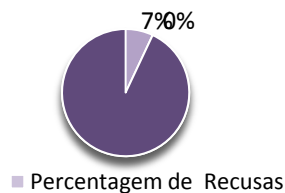
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Santa Maria da Feira

Data de Instalação: 28-11-2006

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	8,49%
2009	6,99%
2010	7,00%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	8	0,77%	2	4	2	
desertos	4	50,00%	1	2	1	
provido	1	12,50%			1	
não provido	2	25,00%	1	1		
parcial	1	12,50%		1		
desconhecidos	0	0,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	25,10%	22,38%	25,78%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	27,12%	52,45%	30,73%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	14,51%	13,99%	14,22%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	39,63%	23,88%	21,68%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	3
Protocolo	3

Duração Média (dias)

87



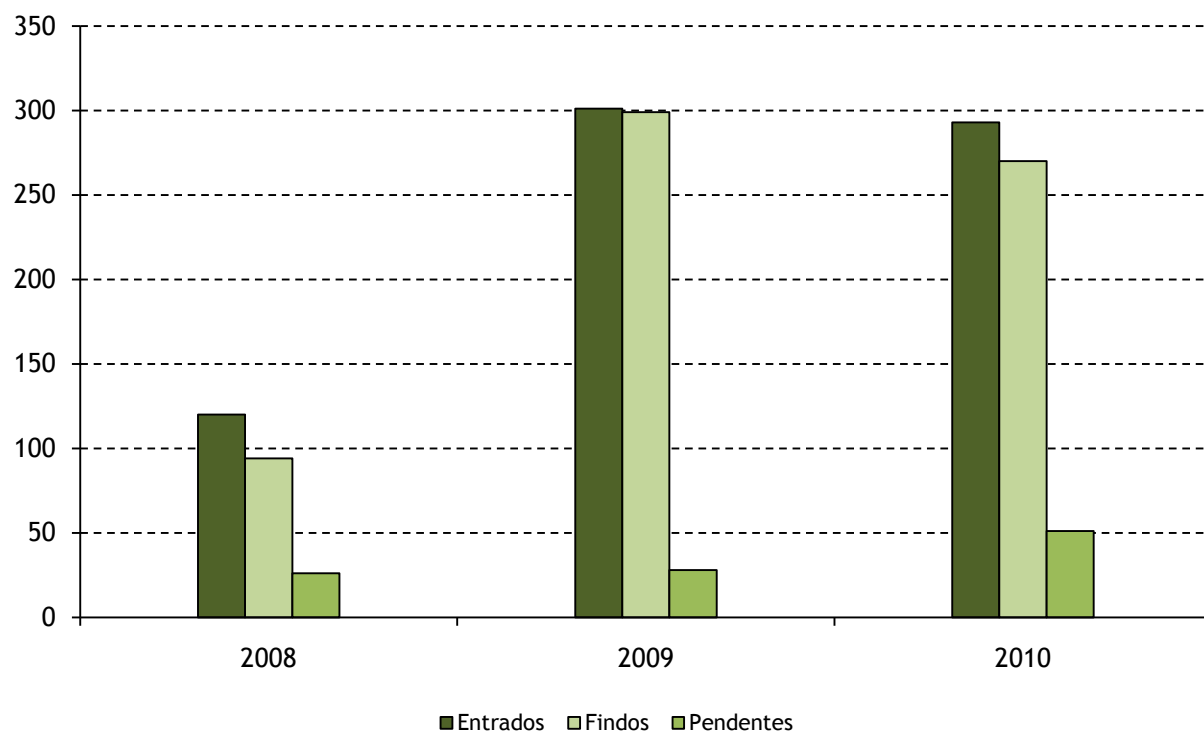
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Odivelas

Data de Instalação: 26-07-2008

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2008	120		94		26	
2009	301	150,83%	299	218,09%	28	7,69%
2010	293	-2,66%	270	-9,70%	51	82,14%
Totais	714		663		51	





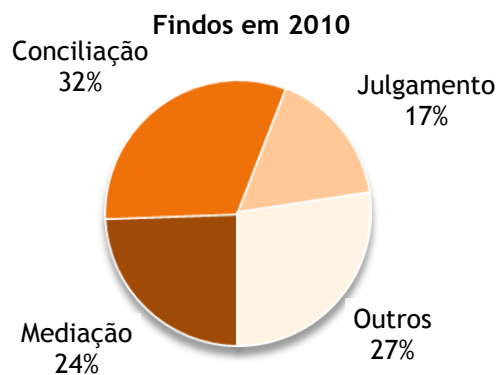
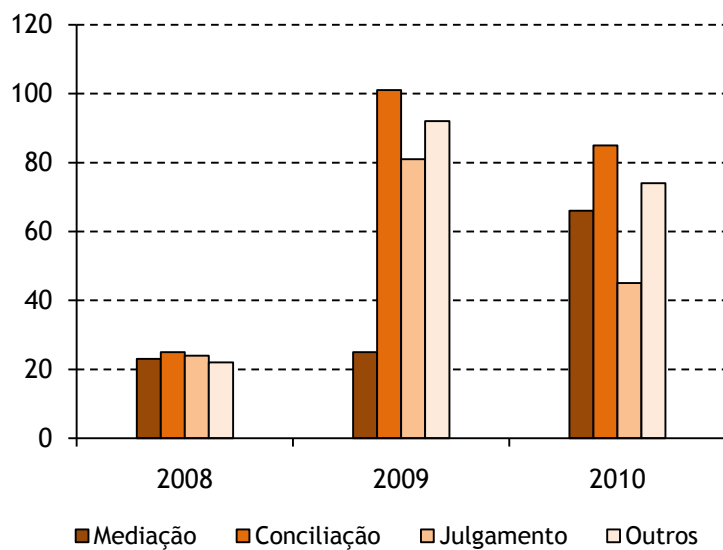
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Odivelas

Data de Instalação: 26-07-2008

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2008	23	25	24	22	94	
2009	25	101	81	92	299	218,09%
2010	66	85	45	74	270	-9,70%
Total	114 (17,2 %)	211 (31,8 %)	150 (22,6 %)	188 (28,4 %)	663	





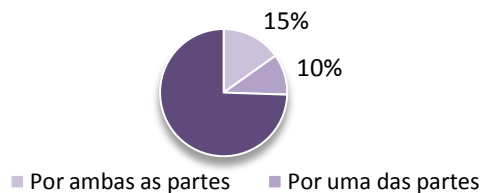
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Odivelas

Data de Instalação: 26-07-2008

Recusas de mediação

	Por ambas as partes	Por uma das partes
2008	62,00%	
2009	79,00%	
2010	1,00%	61,00%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	1	0,14%			1	
desertos		0,00%				
provido		0,00%				
não provido		0,00%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	1	100,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	24,47%	8,36%	24,44%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	50,00%	40,00%	22,50%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	26,60%	33,78%	31,48%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	26,00%	37,00%	29,01%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	6
Protocolo	7

Duração Média (dias)

41



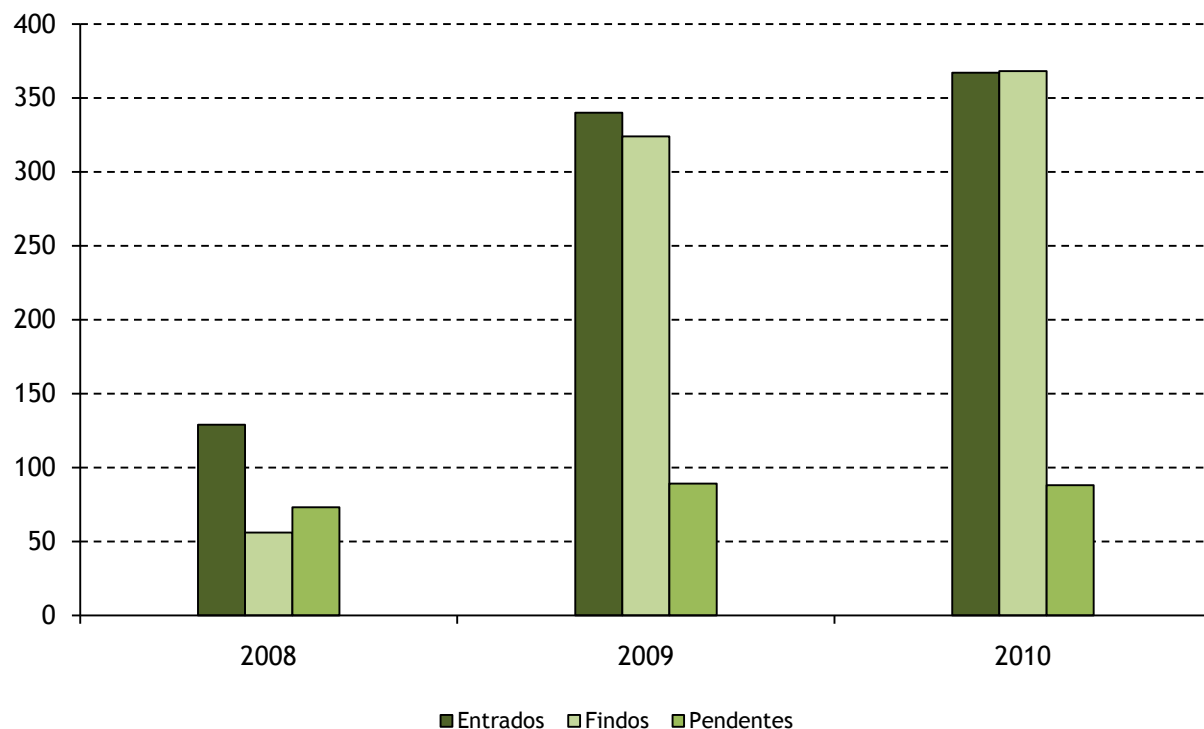
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Setúbal / Palmela

Datas de Instalação: 01-08-2008 e 09-12-2008

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2008	129		56		73	
2009	340	163,57%	324	478,57%	89	21,92%
2010	367	7,94%	368	13,58%	88	-1,12%
Totais	836		748		88	





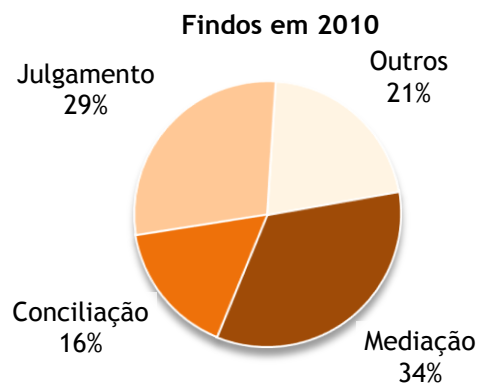
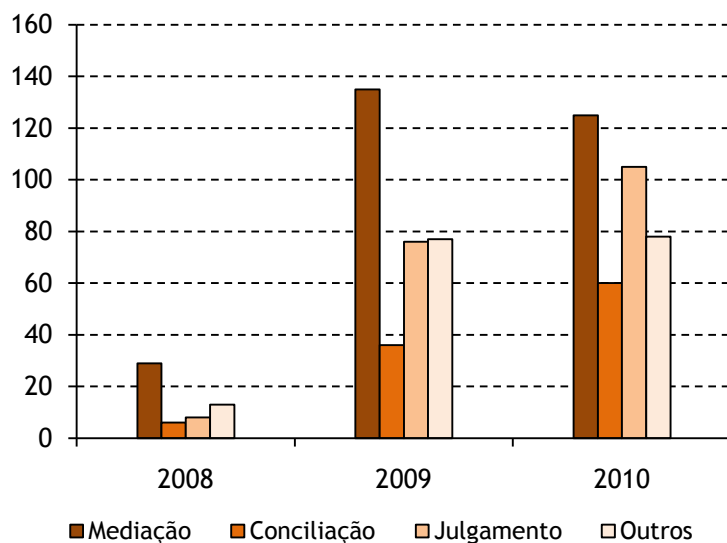
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Setúbal / Palmela

Datas de Instalação: 01-08-2008 e 09-12-2008

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2008	29	6	8	13	56	
2009	135	36	76	77	324	478,57%
2010	125	60	105	78	368	13,58%
Total	289 (38,6 %)	102 (13,6 %)	189 (25,3 %)	168 (22,5 %)	748	





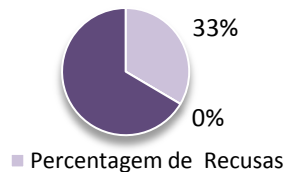
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Setúbal / Palmela

Datas de Instalação: 01-08-2008 e 09-12-2008

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	21,70%
2009	15,29%
2010	33,50%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	4	0,48%		1		3
desertos		0,00%				
provido		0,00%				
não provido		0,00%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	4	100,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	51,79%	41,67%	33,97%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	28,71%	44,79%	35,00%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz	10,71%	11,11%	16,30%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz	33,33%	62,05%	24,69%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	6
Protocolo	5

Duração Média (dias)

63



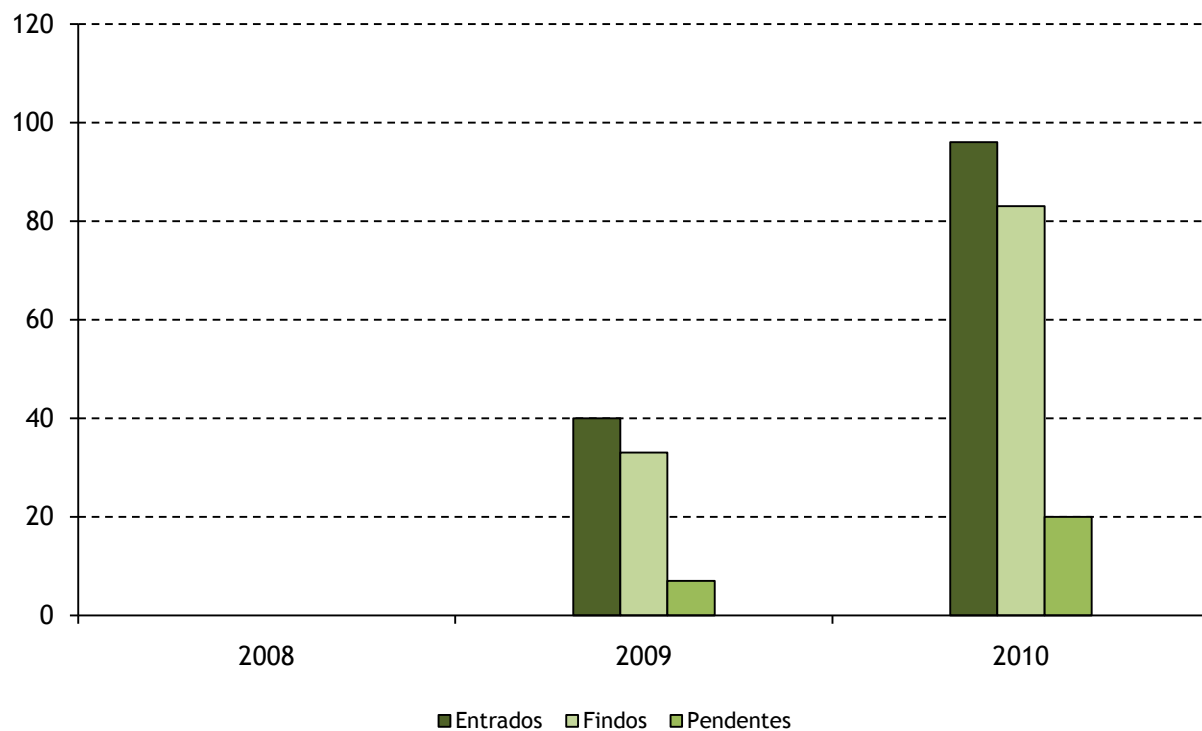
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos Aljustrel, Ourique, Mértola,
Castro Verde e Almodôvar

Data de Instalação: 11-12-2008

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2008	0		0		0	
2009	40		33		7	
2010	96	140,00%	83	151,52%	20	185,71%
Totais	136		116		20	





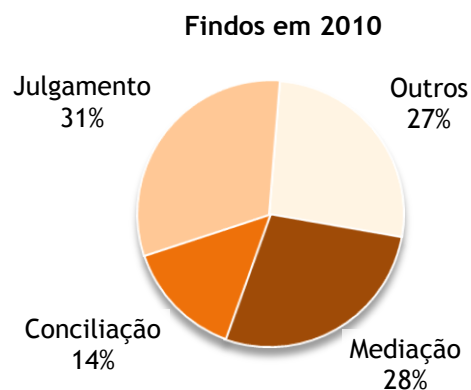
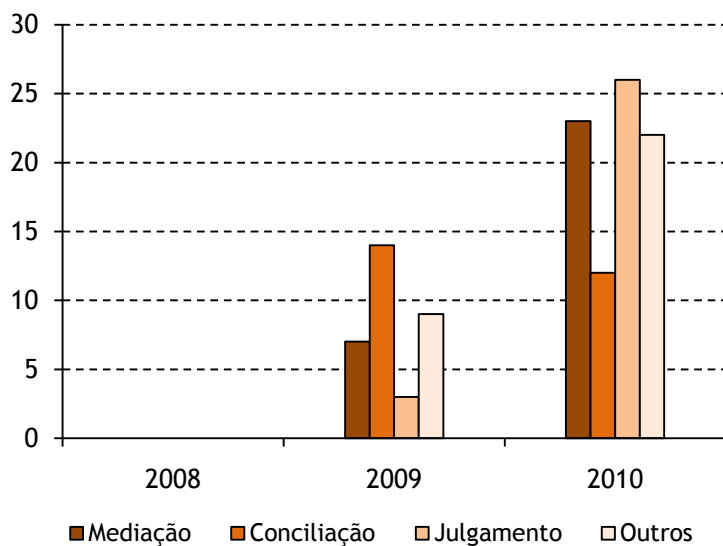
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos Aljustrel, Ourique, Mértola,
Castro Verde e Almodôvar

Data de Instalação: 11-12-2008

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2008	0	0	0	0	0	
2009	7	14	3	9	33	
2010	23	12	26	22	83	151,52%
Total	30 (25,9 %)	26 (22,4 %)	29 (25 %)	31 (26,7 %)	116	





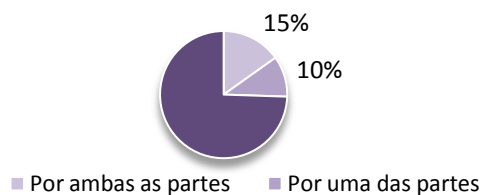
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos Aljustrel, Ourique, Mértola,
Castro Verde e Almodôvar

Data de Instalação: 11-12-2008

Recusas de mediação

	Por ambas as partes	Por uma das partes
2008		
2009	37,50%	
2010	1,04%	9,37%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	0	0,00%				
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	0					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz		21,21%	27,71%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz		33,33%	28,00%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz		42,42%	14,46%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz		57,14%	16,43%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	4
Protocolo	4

Duração Média (dias)

46



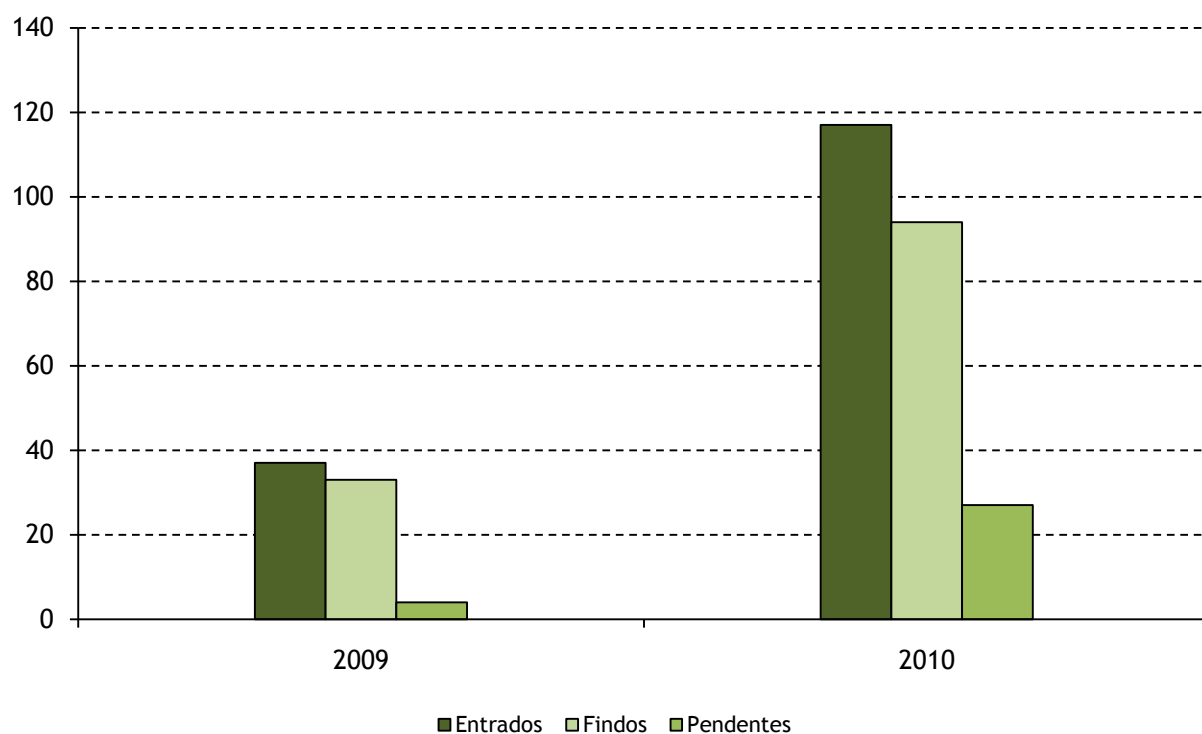
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei

Data de Instalação: 03-04-2009

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2009	37		33		4	
2010	117	216,22%	94	184,85%	27	575,00%
Totais	154		127		27	





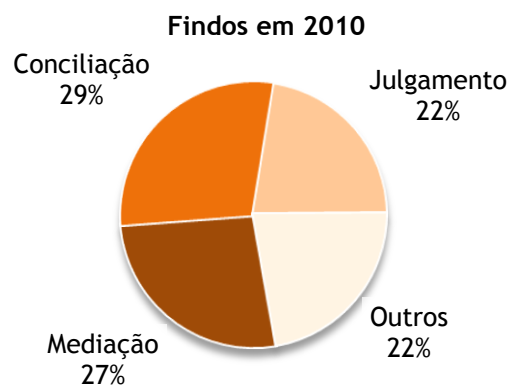
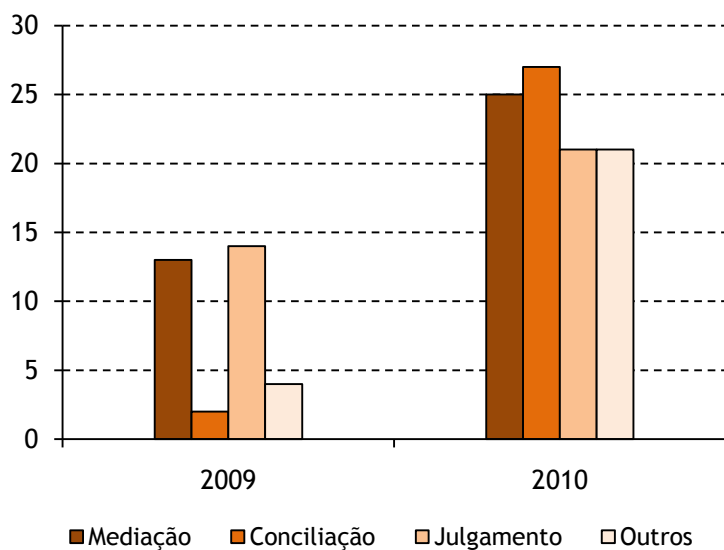
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei

Data de Instalação: 03-04-2009

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2009	13	2	14	4	33	
2010	25	27	21	21	94	184,85%
Total	38 (29,9 %)	29 (22,8 %)	35 (27,6 %)	25 (19,7 %)	127	





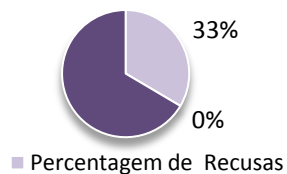
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei

Data de Instalação: 03-04-2009

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	
2009	2,70%
2010	28,20%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	0	0,00%				
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	0					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz		39,39%	26,60%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz		100,00%	33,33%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz		6,06%	28,72%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz		6,67%	55,17%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	6
Protocolo	6

Duração Média (dias)

41



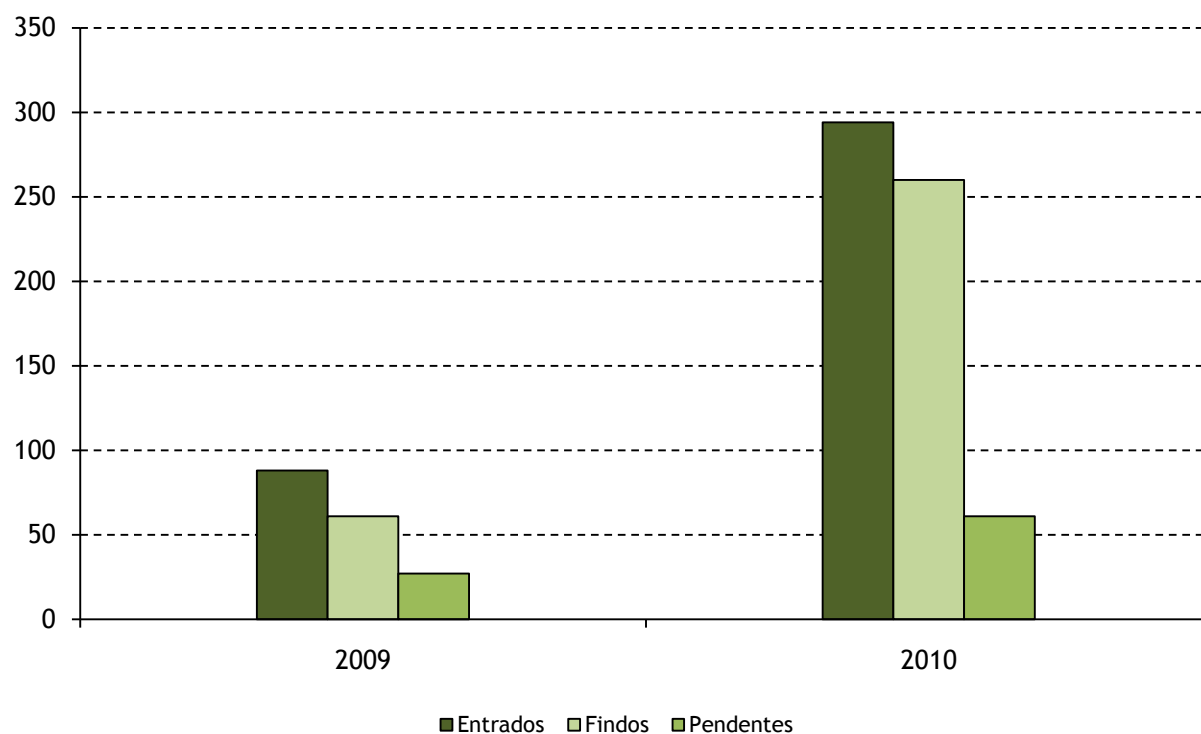
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha,
Óbidos e Nazaré

Data de Instalação: 21-04-2009

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2009	88		61		27	
2010	294	234,09%	260	326,23%	61	125,93%
Totais	382		321		61	





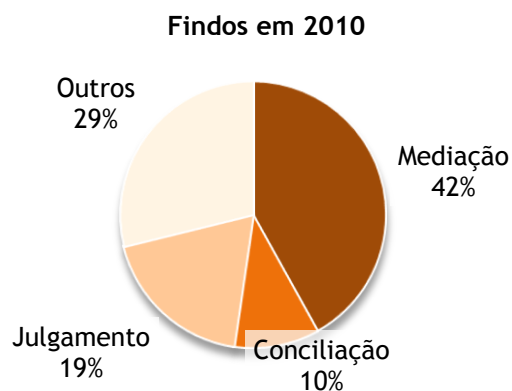
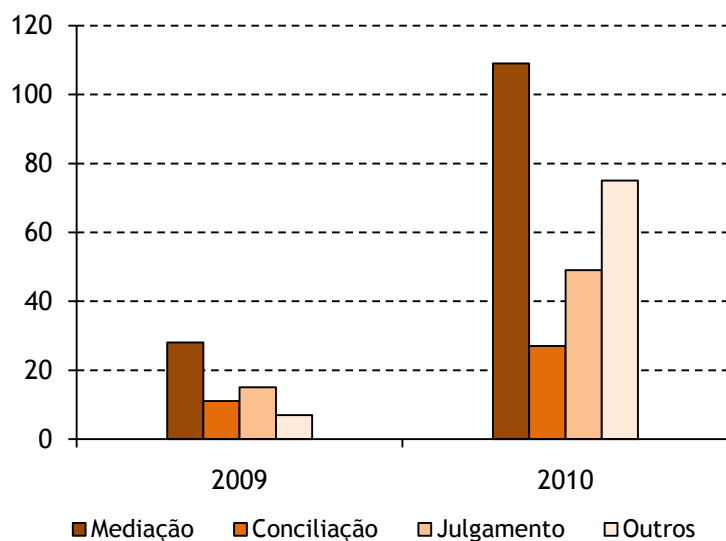
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha,
Óbidos e Nazaré

Data de Instalação: 21-04-2009

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2009	28	11	15	7	61	
2010	109	27	49	75	260	326,23%
Total	137 (42,7 %)	38 (11,8 %)	64 (19,9 %)	82 (25,5 %)	321	





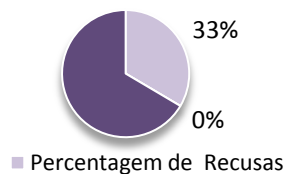
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha,
Óbidos e Nazaré

Data de Instalação: 21-04-2009

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	
2009	4,55%
2010	4,00%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	0	0,00%				
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	0					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz			
		45,90%	41,92%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz			
		75,00%	38,50%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz			
		18,03%	10,38%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz			
		9,52%	17,88%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	3
Protocolo	

Duração Média (dias)

48



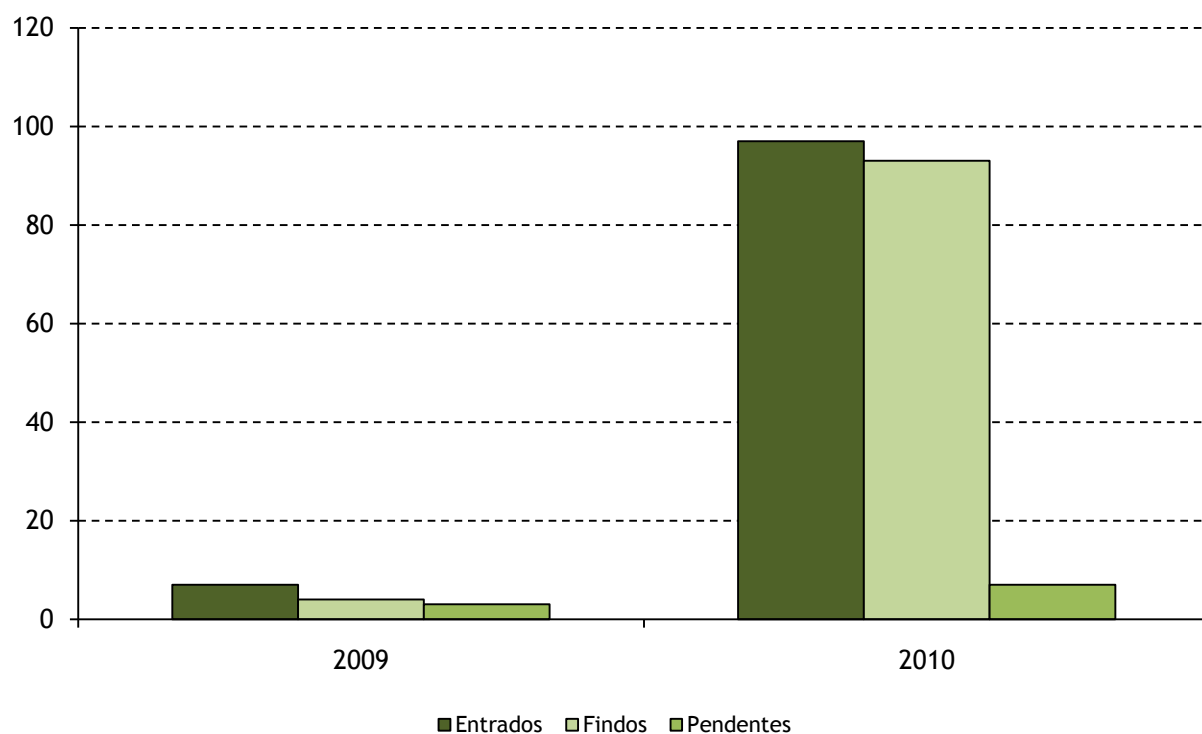
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos Carregal do Sal, Mangualde e
Nelas

Data de Instalação: 06-08-2009

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2009	7		4		3	
2010	97	1285,71%	93	2225,00%	7	133,33%
Totais	104		97		7	





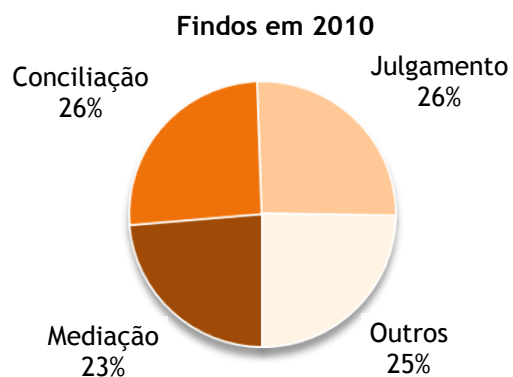
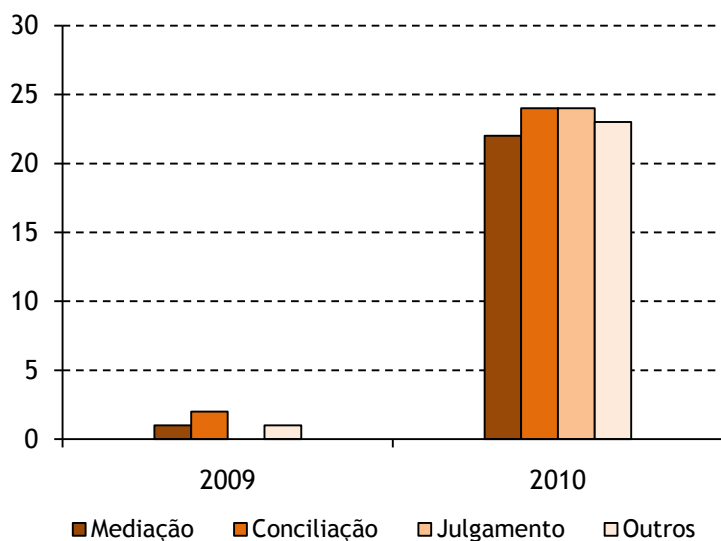
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos Carregal do Sal, Mangualde e Nelas

Data de Instalação: 06-08-2009

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2009	1	2	0	1	4	
2010	22	24	24	23	93	2225,00%
Total	23 (23,7 %)	26 (26,8 %)	24 (24,7 %)	24 (24,7 %)	97	





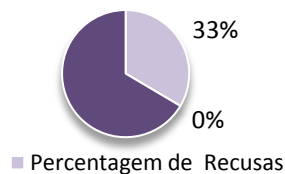
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos Carregal do Sal, Mangualde e Nelas

Data de Instalação: 06-08-2009

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	
2009	0,00%
2010	9,01%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	0	0,00%				
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	0					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz		25,00%	23,66%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz		25,00%	52,00%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz		50,00%	25,81%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz		50,00%	35,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	3
Protocolo	2

Duração Média (dias)

37



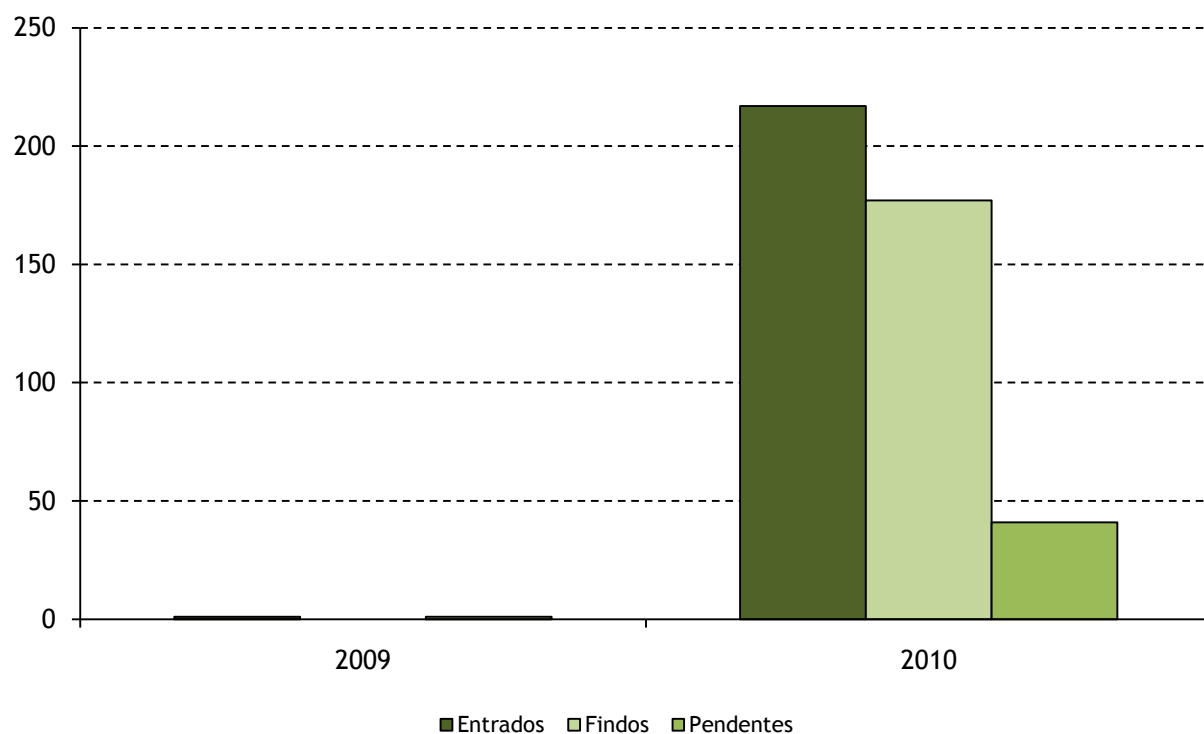
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Câmara de Lobos e Funchal

Data de Instalação: 22-12-2009

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2009	1		0		1	
2010	217		177		41	
Totais	218		177		41	





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

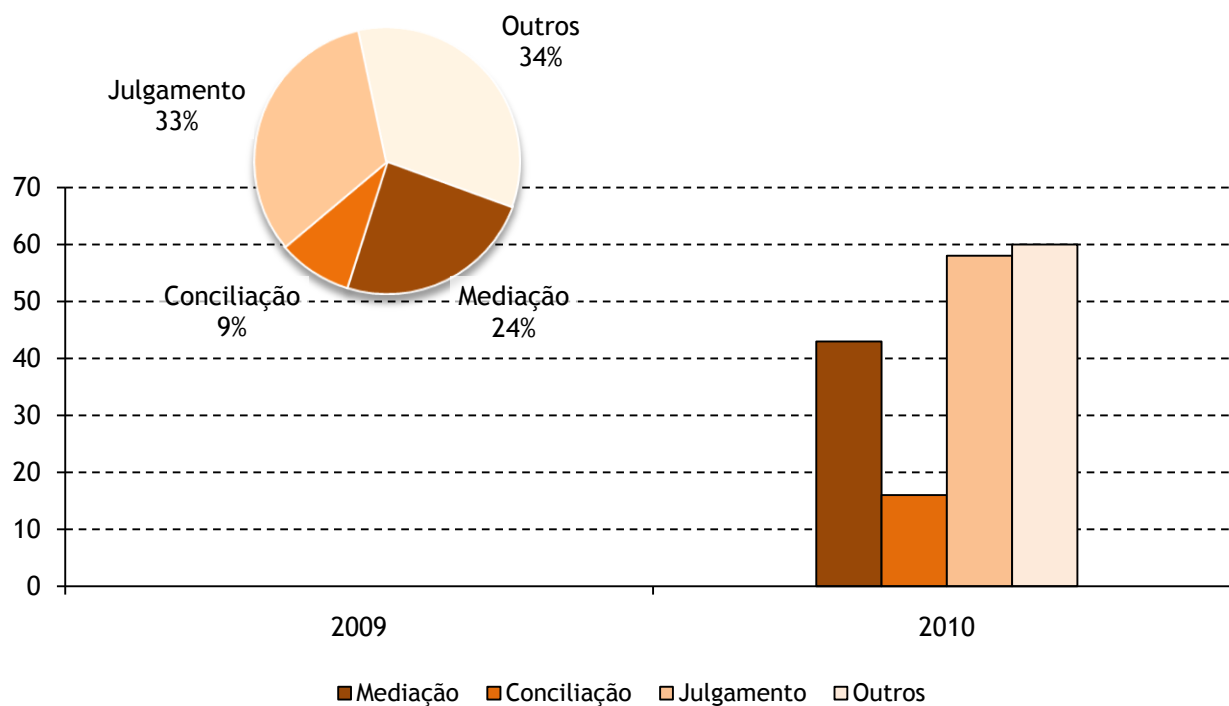
Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Câmara de Lobos e Funchal

Data de Instalação: 22-12-2009

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2009	0	0	0	0	0	
2010	43	16	58	60	177	
Total	43 (24,3 %)	16 (9 %)	58 (32,8 %)	60 (33,9 %)	177	

Findos em 2010





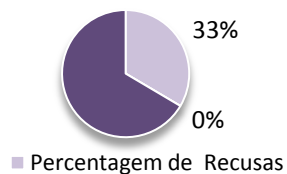
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Câmara de Lobos e Funchal

Data de Instalação: 22-12-2009

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	
2009	
2010	41,66%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	3	1,38%				3
desertos		0,00%				
provido		0,00%				
não provido		0,00%				1
parcial		0,00%				
desconhecidos	3	100,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz			24,29%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz			41,66%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz			9,04%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz			23,64%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	4
Protocolo	4

Duração Média (dias)

60



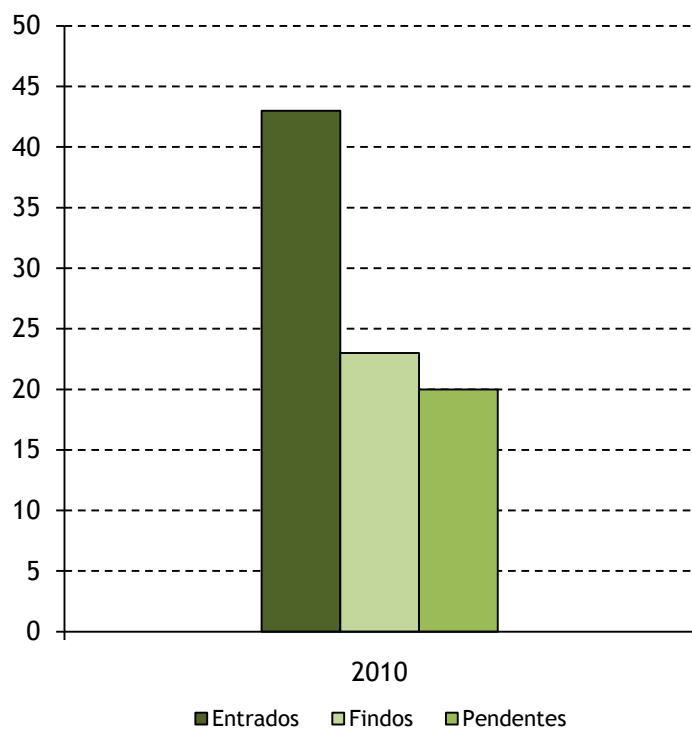
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão

Data de Instalação: 11-09-2010

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2010	43		23		20	
Totais	43		23		20	





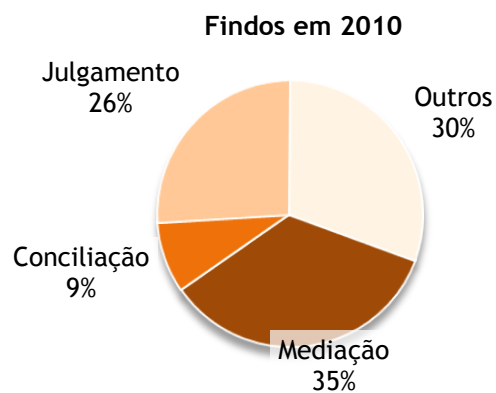
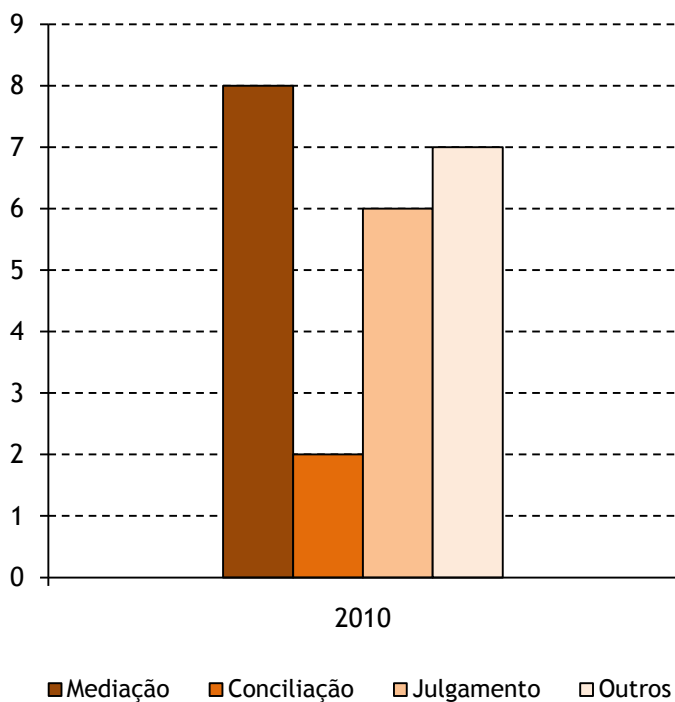
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão

Data de Instalação: 11-09-2010

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2010	8	2	6	7	23	
Total	8 (34,8 %)	2 (8,7 %)	6 (26,1 %)	7 (30,4 %)	23	





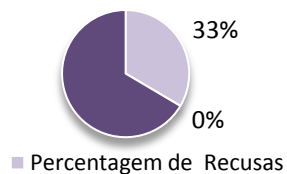
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão

Data de Instalação: 11-09-2010

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	
2009	
2010	4,65%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	0	0,00%				
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	0					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz			34,78%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz			0,00%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz			8,70%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz			4,88%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	2

Duração Média (dias)

35



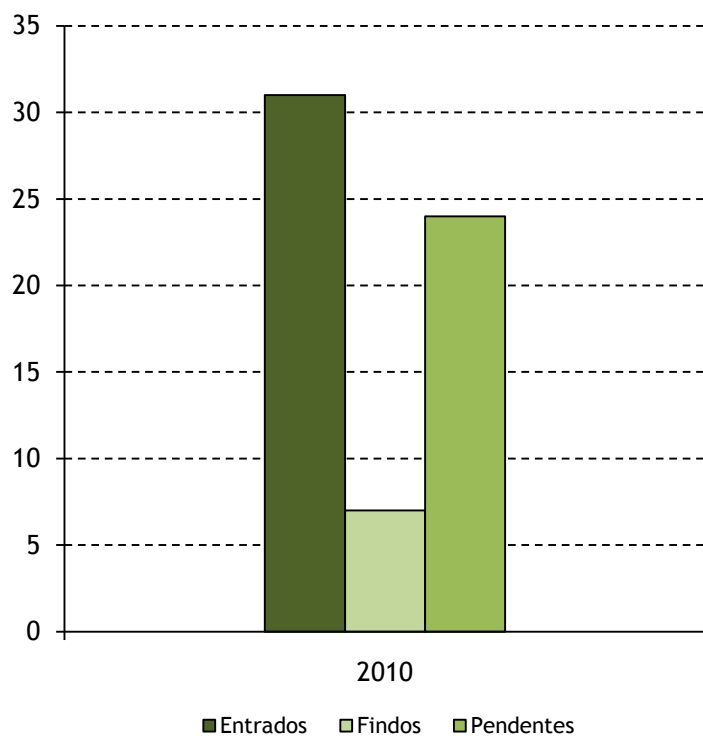
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Cascais

Data de Instalação: 25-11-2010

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2010	31		7		24	
Totais	31		7		24	





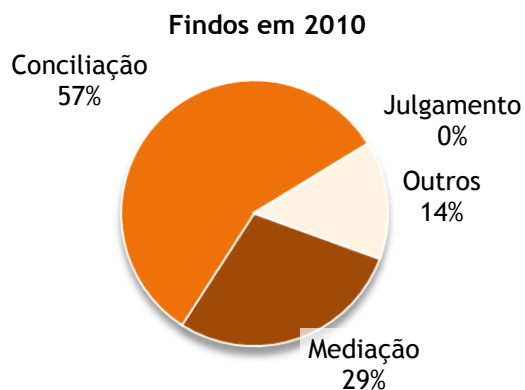
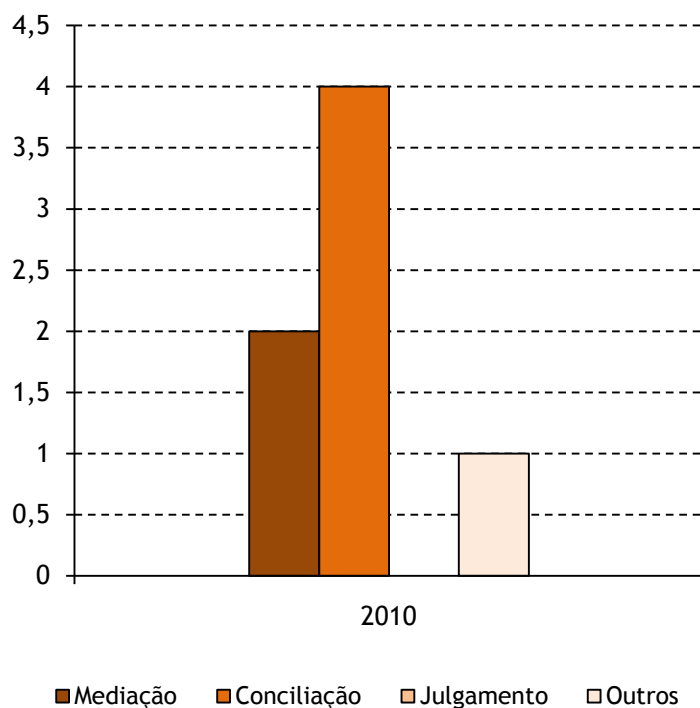
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Cascais

Data de Instalação: 25-11-2010

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2010	2	4	0	1	7	
Total	2 (28,6 %)	4 (57,1 %)	0 (0 %)	1 (14,3 %)	7	





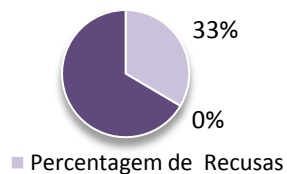
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Cascais

Data de Instalação: 25-11-2010

Recusas de mediação

	Percentagem de Recusas
2008	
2009	
2010	4,65%



Recursos

	Total *	%	2007	2008	2009	2010
interpostos	0	0,00%				
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	0					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz			28,57%
Percentagem de acordos por mediados relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz			28,57%
Percentagem de conciliações relativamente à totalidade de processos no Julgado de Paz			57,14%
Percentagem de conciliações relativamente aos processos que não tiveram acordo mediado no Julgado de Paz			80,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	6
Protocolo	7

Duração Média (dias)

18



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Anexos

Anexo I

Parecer da 1ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos,
Liberdades e Garantias, de 04 de Dezembro de 2002

Anexo II

Protocolos em vigor (2010)

Assembleia da República

Gabinete do Presidente

000119 09-JAN '03

Exmo. Senhor

Presidente do Conselho de Acompanhamento
da Criação e Instalação dos Julgados de Paz

Rua Augusta, n.º 118, 4.º

1100 - 054 LISBOA

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz	
Registado sob o n.º	473
Lisboa	17 / 01 / 2003
Assinatura	

*Entregue-se 8 cópias em 16/01/2003
14-1-2003
Comissão*

DAPlen/2003

Para os efeitos considerados convenientes, encarrega-me Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República de, enviar a V. Ex.ª, cópia do Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o Relatório de Avaliação apresentado pelo Conselho de Acompanhamento da Criação e Instalação dos Julgados de Paz, aprovado por unanimidade, com a ausência do BE e PEV, na reunião de 4 de Dezembro de 2002.

Com os melhores cumprimentos, *pelebas*

O CHEFE DE GABINETE

Romano de Castro
António Luís Romano de Castro



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,

DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

APRECIACÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOBRE

O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

APRESENTADO PELO

1.- ANTECEDENTES

1.1.- A Lei n.º 82/77, de 6 de Dezembro (a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais então em vigor), nos arts. 12º.2 e 73º e seguintes, previa a possibilidade da existência dos julgados de paz como verdadeiros tribunais¹.

1.2.- Tal diploma consagrava a competência da Assembleia ou do Plenário de Freguesia para deliberar sobre a criação dos julgados de paz, bem como para eleger os respectivos juízes de paz, os quais haveriam de satisfazer diversos requisitos de elegibilidade.

1.3.- Acresce que dessa lei orgânica constavam ainda as competências dos julgados de paz. Essencialmente, e para além do exercício da conciliação e do julgamento de transgressões e contravenções às posturas de freguesia, competia aos julgados de paz preparar e julgar as acções cíveis de valor não superior à alçada dos tribunais de comarca, quando envolvessem direitos e interesses entre vizinhos e as partes estivessem de acordo em fazê-las seguir no julgado de paz.

¹ Antes da Lei n.º 82/77, de 6 de Dezembro, os julgados de paz eram meros auxiliares da justiça (cfr. o art. 67º.1 do Estatuto Judiciário). Sobre a evolução histórica dos julgados de paz, cfr. José Lebre de Freitas, em "A Recriação dos Julgados de Paz", artigo publicado no jornal "Público", em 29.05.2000.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em bom rigor, pois, os julgados de paz estavam "desenhados" na lei como verdadeiros tribunais arbitrais, embora de carácter permanente².

1.4.- Os julgados de paz ficaram, assim, normativamente "esboçados", faltando então publicar decreto-lei que regulasse a organização e o funcionamento desses tribunais, bem como as tramitações a que deveriam submeter-se os processos que neles corresse termos, publicação essa que deveria ocorrer até 31 de Julho de 1978 (cfr. o art. 92º.2 da referida Lei n.º 82/77).

1.5.- Só em finais de 1979, e com o objectivo anteriormente referido, o Governo fez publicar o Decreto-Lei n.º 539/79, de 31 de Dezembro, o qual era constituído por quatro capítulos: —o primeiro continha disposições gerais; o segundo regulava a tramitação do processo cível; o terceiro regulava a tramitação do processo penal; no quarto, consagravam-se disposições finais.

1.6.- Acontece que diversos Deputados requereram, então, a sujeição a ratificação do identificado decreto-lei³, na sequência do que, em 22 de Maio de 1980, a Assembleia da República resolveu recusar a ratificação do diploma⁴.

2.- A LEI N.º 78/2001, DE 13 DE JULHO

2.1.- Na VIII Legislatura, vários Deputados do PCP apresentaram à Assembleia da República (AR) os projectos de lei n.ºs 82/VIII e 83/VIII, os quais visaram, essencialmente, a reinstalação dos Julgados de Paz como verdadeiros tribunais judiciais⁵.

2.2.- Aprovados na generalidade, após debate ocorrido em Plenário da AR em 09 de Junho de 2000, os projectos baixaram a esta comissão parlamentar, a qual

² Neste sentido, cfr. João de Castro Mendes, em "Direito Processual Civil I", Edição da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1980, Vol. I, a pág. 615. Sobre o tema, cfr. ainda Artur Anselmo de Castro, em "Direito Processual Civil Declaratório", Almedina, Coimbra, 1982, Vol. II, a pág. 55.

³ Cfr. as Ratificações n.ºs 308/I e 312/I, publicadas no DAR, II Série, n.ºs 23 e 25, de 16 e 23 de Fevereiro de 1980, respectivamente.

⁴ Cfr. a Resolução n.º 177/80, publicada no DR, I Série, n.º 126, de 31.05.1980.

⁵ É extremamente discutível a qualificação dos Julgados de Paz como tribunais judiciais. A admitir esta qualificação, sempre teríamos que os subqualificar como tribunais de competência genérica, especializada ou específica, o que não parece ser possível. Que são tribunais, não há dúvida (cfr. o art. 209º.2 da Constituição da República Portuguesa —CRP) e, como tal, verdadeiros órgãos dotados de soberania. Melhor se admite, no entanto, que sejam órgãos que se situam fora da jurisdição, como já preconizou Lebre de Freitas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

desenvolveu relevante trabalho de aperfeiçoamento e pormenorização, tendo do mesmo resultado a Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, aprovada por unanimidade pelo Parlamento.

2.3.- O diploma ora referido regula a competência, a organização e o funcionamento dos Julgados de Paz, bem como a tramitação dos processos que são da sua competência.

2.4.- Ora, decorre dessa lei que os Julgados de Paz têm competência cível para certos tipos de acções declarativas cujo valor não ultrapasse a alçada dos tribunais da 1.ª instância e também para apreciar pedidos cíveis decorrentes de certos crimes (cfr. os respectivos arts. 8º e 9º).

2.5.- Mas, o mais importante é o modo de actuação dos Julgados de Paz, que têm de aproximar-se dos cidadãos e agir com simplicidade, informalidade, oportunidade e compreensão humana, procurando mais a tranquilização individual e social do que o primor técnico⁶.

2.6.- Sucede que o art. 64º da Lei 78/2001 previu um período experimental para o funcionamento dos Julgados de Paz que foram instalados.

A saber: —o de Lisboa, que abrange as freguesias de Benfica, Carnide e Lumiar; —o de Oliveira do Bairro, que abrange todas as freguesias do mesmo concelho; —o do Seixal, que abrange as freguesias de Seixal, Paio Pires e Arrentela; —e o de Vila Nova de Gaia, que abrange as freguesias de Avintes, Crestuma, Lever, Olival, Sandim e Pedroso.

2.7.- Por seu lado, o art. 65º da mesma lei constituiu o Conselho de acompanhamento da criação e instalação dos Julgados de Paz, o qual funciona na dependência da AR e é constituído, entre outros, por diversos Deputados desta 1.ª Comissão.

3.- O RELATÓRIO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DA CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS JULGADOS DE PAZ

3.1.- O Conselho de acompanhamento da criação e instalação dos Julgados de Paz, doravante designado por Conselho, produziu o relatório sobre o qual ora se reflecte, nele fazendo diversos juízos apreciativos acerca do funcionamento dos Julgados de Paz, bem como nele apresentando algumas sugestões que pretende venham a ser preconizadas.

⁶ Neste sentido, J. O. Cardona Ferreira, em "Julgados de Paz", Coimbra Editora, 2001, a págs. 14.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

3.2.- Os juízos apreciativos (sob a forma de crítica) são, essencialmente, os que se prendem com o escasso número de Julgados de Paz e com a reduzida área geográfica que cada um dos existentes abrange.

3.3.- Por outro lado, também se dá conta no Relatório, o que parece ser relevantíssimo, que a duração média de uma causa nos Julgados de Paz (não obstante o número escasso de acções lá pendentes) é de um mês.

3.4.- Quanto às sugestões apresentadas pelo Conselho, elas são de variada ordem, desde a realização de cursos de formação de juízes de paz (com colaboração universitária), passando por alterações à competência material dos Julgados de Paz (entendendo-se que ela deve estender-se à execução das suas próprias decisões e até a determinada matéria penal) e pela consulta a todos os Municípios portugueses com o fim de instalar mais Julgados de Paz.

3.5.- Conclui o Conselho que o projecto dos “Julgados de Paz” é não só útil, como necessário à cidadania, recomendando, por isso, o seu desenvolvimento.

3.6.- Ora, é este relatório apresentado pelo Conselho que a AR deve apreciar, nos termos da lei (cfr. o art. 66º da Lei n.º 78/2002), o que passa a fazer-se.

4.- APRECIACÃO PARLAMENTAR DO RELATÓRIO

4.1.- A Assembleia da República é da opinião de que o mais do que meritório trabalho apresentado pelo Conselho demonstra a utilidade e as potencialidades dos Julgados de Paz, sendo pacífico que eles podem vir a constituir um decisivo contributo para o desafogamento dos tribunais comuns e, consequentemente, para a melhoria do estado da justiça em Portugal.

4.2.- Por isso, parece certo, pelo menos, que é indispensável aumentar o número de Julgados de Paz, estender a mais freguesias a competência dos Julgados de Paz já existentes, bem como alargar a sua (deles) competência material, dotando-os, designadamente, de mais competências declaratórias cíveis.

4.3.- A experiência colhida do funcionamento dos Julgados de Paz e o relatório apresentado pelo Conselho de Acompanhamento demonstram, com toda a clareza, que a aposta nestes órgãos de soberania constitui um êxito.

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

4.4.- Daí que o actual Governo tenha feito constar, do seu programa, precisamente na área de Justiça, o “reforço do projecto dos Julgados de Paz”.

4.5.- Mas há ainda muito sobre que reflectir, designadamente, as outras sugestões apresentadas pelo Conselho, bem como outros problemas relacionados com a temática em análise, como é o caso, meramente a título de exemplo, da desadequada concorrência de competências entre os Julgados de Paz e os Tribunais de Comarca.

4.6.- Nesta conformidade, o relatório apresentado pelo Conselho de Acompanhamento deve ser remetido ao Governo, para os efeitos que julgue convenientes, nos termos do n.º 3 do art. 65º e do art. 66º da mencionada lei.

CONCLUSÃO:

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias é do seguinte Parecer:

—O presente relatório apreciativo deve subir a Plenário a fim de aí ser votado pela Assembleia da República.

—A Assembleia da República deve remeter ao Governo o relatório apresentado pelo Conselho de Acompanhamento da Criação e Instalação dos Julgados de Paz.

Palácio de São Bento, 4 de Dezembro de 2002

O Deputado Relator

(António Montalvão Machado)

2010 Protocolos em vigor

- FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - **164**;
 - FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO - **2**;
 - FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE LISBOA - 3 estágios de mestrado iniciados em Janeiro de 2011 não contabilizados em 2010;
 - ISCAC (INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA) - **3**;
 - INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E VALE DO AVE - **1**;
 - ESCOLA TÉCNICO PROFISSIONAL DE CANTANHEDE - **2**;
 - ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMÕES - **3**;
 - ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA VERDE - **1**;
 - CENTRO DE REABILITAÇÃO DE ALCOITÃO - **1**.
-

Foram feitos protocolos de estágios individuais com alunos das Faculdades de Direito das Universidades:

- Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - **32**
- Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa - **14**

Total de estágios solicitados **257**

Total de estágios realizados **223**

Os números referem-se a estudantes beneficiários.

Estes estágios têm, apenas, dois objectivos: ajudarem à formação dos estagiários, dando-lhes conhecimento da realidade dos Julgados de Paz; e divulgarem esta instituição.

Índice

Introdução	3
Estatísticas Globais	
Datas de Instalação dos Julgados de Paz	9
Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano	10
Processos Findos, por Motivo, por ano	11
Processos Entrados, Findos e Pendentes, por Julgado de Paz	12
Recursos interpostos, desde a instalação	13
Durações médias, por Julgado de Paz	14
Mediação extra-competência, desde a instalação	15
Mediações de matéria Penal, Laboral e Familiar, desde a instalação	16
Processos decididos por equidade, desde a instalação	17
Processos oriundos dos Tribunais Judiciais, desde a instalação	18
Processos Findos, por Juiz e Funcionário, em 2010	19
Estatísticas Individuais	
JP Lisboa	20
JP O. Bairro	23
JP Seixal	26
JP V.N. Gaia	29
JP M. Corvo	32
JP T. Bouro	35
JP V.N. Poiares	38
JP Tarouca	41
JP S.M. Penaguião	44
JP Cantanhede	47
JP Porto	50
JP A. Beira	53
JP Trofa	56
JP Sintra	59
JP Coimbra	62
JP S.M. Feira	65
JP Odivelas	68
JP Setúbal/Palmela	71
JP Castro Verde	74
JP Sertão	77
JP Óbidos	80
JP Carregal do Sal	83
JP Funchal	86
JP Belmonte	89
JP Cascais	92
Anexos	
Anexo I	96
Anexo II	102